



Novo Modelo de Desenvolvimento

2004



Criando condições para o desenvolvimento

Para consolidar um processo de desenvolvimento equilibrado nos próximos anos, a política de inclusão social – que constitui a base do projeto deste governo – deverá ser acompanhada por medidas voltadas à ampliação e ao financiamento adequado dos investimentos, bem como por medidas de estímulo ao aumento da eficiência, produtividade e competitividade das empresas brasileiras. Só assim se criarão condições para que o crescimento seja sustentável e, portanto, para a redução do desemprego e o aumento da renda dos trabalhadores.

Mesmo em 2003, ano marcado pela estabilização, várias medidas econômicas voltadas para o longo prazo já foram tomadas ou pelo menos iniciadas. Entre estas se destacam as referidas reforma previdenciária, socialmente justa e com impactos positivos sobre as finanças públicas, e a reforma tributária, que tem como objetivos principais o aumento da eficiência econômica e a melhora da distribuição de renda.

Outras medidas voltadas ao fortalecimento do setor produtivo também foram tomadas, como por exemplo a redução do custo do crédito, o estímulo ao comércio exterior e ao financiamento do investimento, assim como o apoio às microempresas, pequenas e médias empresas.

Em particular, já se definiram as diretrizes para a política industrial, tecnológica e de comércio exterior do governo, que deve ser implementada ao longo dos próximos anos. Entre os principais objetivos dessa política está o aumento da competitividade das empresas brasileiras – com reflexos no crescimento sustentado das exportações do País.

Os objetivos de aumento da eficiência e de estímulo à concorrência e respeito ao consumidor – além, é claro, do objetivo fundamental de melhoria da distribuição de renda e inclusão social – não se manifestam apenas no âmbito das medidas institucionais, mas permeiam toda a ação setorial do governo.

Como se detalha a seguir, também permearam o conjunto das ações de desenvolvimento – no âmbito da indústria, da agricultura, do desenvolvimento agrário, da infra-estrutura e da ciência e tecnologia – a preocupação com o meio ambiente, com a redução das desigualdades regionais e com a geração de empregos.

As medidas implementadas em 2003 são apenas o início de um extenso conjunto de mudanças que têm como objetivo viabilizar o maior crescimento possível da economia brasileira nos próximos anos.

É essencial criar condições para viabilizar os investimentos – tanto públicos quanto privados – em infra-estrutura, para evitar gargalos que impeçam o crescimento nos próximos anos. Também é essencial o estabelecimento de marcos regulatórios transparentes e bem-definidos para os setores de infra-estrutura, reduzindo a incerteza e, conseqüentemente, estimulando a participação da iniciativa privada na expansão destes, sem comprometer a concorrência e o respeito ao consumidor. A definição do novo modelo para o setor elétrico foi um avanço importante nesta direção, mas ainda há muito a fazer – especialmente no caso do saneamento.

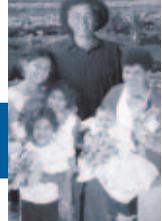
O ano de 2003 foi o ano da estabilização e da criação das condições para o crescimento. Nos próximos anos teremos de transformar este potencial em desenvolvimento. Há muito a fazer, mas, como se demonstra a seguir, os primeiros passos que já foram dados indicam que é possível construir um Brasil diferente – um Brasil de oportunidades, mais justo e mais equilibrado.

1. POLÍTICA INDUSTRIAL, TECNOLÓGICA E DE COMÉRCIO EXTERIOR

O governo lançou publicamente as Diretrizes de Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior, fruto de trabalho conjunto de vários ministérios, no âmbito da Câmara de Política Econômica do Conselho de Governo. Uma nova trajetória de desenvolvimento requer políticas públicas que aumentem a eficiência produtiva, diminuam a vulnerabilidade externa e estimulem a taxa de investimento e da poupança como fração do PIB. Para dinamizar a estrutura produtiva, a política industrial deve integrar a busca da eficiência econômica com a inovação tecnológica e a ampliação do comércio exterior. É dada ênfase não apenas aos tradicionais aspectos de capacidade física de produção, mas também à eficiência do negócio, como pesquisa, desenvolvimento e engenharia, patenteamento, logística e comercialização.

A Política se desdobra em 4 linhas de ação:

- a) Inovação e desenvolvimento tecnológico, com a estruturação de um sistema nacional de inovação, incentivo às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e apoio a áreas portadoras de futuro como nanotecnologia e biotecnologia;
- b) Inserção externa, a partir do Programa Brasil Exportador, apresentado em novembro, com medidas de curto prazo e alto impacto no processo de exportação;
- c) Modernização industrial, não só de equipamentos como também de gestão e organização dos empreendimentos e apoio a arranjos produtivos locais; e



- d) Capacidade e escala produtiva, visando ao incentivo ao investimento em aumento de capacidade de setores que estão operando com elevada taxa de ocupação.

Foram definidas, além disso, quatro opções estratégicas: a) semicondutores; b) *software*; c) fármacos e medicamentos; e d) bens de capital. São opções que a experiência internacional mostra serem: portadoras de dinamismo crescente e sustentável, responsáveis por parcelas expressivas do investimento internacional em P&D; promotoras de novas oportunidades de negócios; envolvidas diretamente com a inovação de processos, produtos e formas de uso; capazes de adensar o tecido produtivo; importantes para o desenvolvimento de vantagens comparativas dinâmicas.

A Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior baseia-se, portanto, num conjunto articulado de medidas que buscam o aumento da eficiência e da competitividade. De forma inédita no País, integra comércio exterior, inovação e desenvolvimento tecnológico. É voltada para o futuro, para que o Brasil dê um salto de qualidade na sua estrutura produtiva, desenvolvendo um novo compromisso pela produção.

A proposta foi apresentada ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) no início de dezembro e está em discussão na sociedade. O conjunto dos programas e ações deverá estar detalhado até março de 2004. Não obstante, o direcionamento proporcionado pelas Diretrizes permite que medidas possam ser implantadas antecipadamente. Bons exemplos são os casos de ampliação dos desembolsos do BNDES, dos atuais R\$34,7 bilhões para R\$47,3 bilhões em 2004; da desoneração das exportações, com previsão de desoneração gradual dos bens de capital, e da simplificação de importações.

As aplicações do Banco do Nordeste no setor industrial nordestino atingiram o montante de R\$438 milhões, correspondendo a uma elevação de 713% em relação ao ano anterior.

Inovação e competitividade do setor produtivo brasileiro

Regulamentação da Lei nº 10.637/02, que trata de incentivo às atividades de Pesquisa e Desenvolvimento e de registro de patentes no País; Lei de Inovação, em análise pelo Congresso Nacional e que está sendo objeto de reexame pelo governo; o programa de nanociência e nanotecnologia, área decisiva para o futuro da produção, na qual o Brasil dispõe de todas as possibilidades de desenvolver vantagens comparativas dinâmicas; lançamento pela Finep do Programa de Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas (PAPPE) e do Programa de Criação de

Tecnologia (CRIATEC), envolvendo BNDES, Finep e MCT, para apoio à geração de pequenas empresas de base tecnológica; desenvolvimento de projetos integrados entre o BNDES e a Finep, associando investimentos em capacidade produtiva com investimentos em inovação.

Desenvolvimento da indústria

O governo conta para o desenvolvimento da indústria com os Fóruns de Competitividade, mecanismo que propicia ambiente para o diálogo entre os elos que integram cada cadeia produtiva (empresários e trabalhadores) e o setor público, visando ao aumento da competitividade por meio da superação de gargalos e busca de maior eficiência produtiva. Em 2003, foram instalados 7 novos Fóruns de Competitividade das Cadeias Produtivas – Siderurgia; Farmacêutica; Indústria Aeroespacial; Automotiva; Bens de Capital; Higiene Pessoal, Perfumaria e Cosméticos; Indústria de Defensivos Agrícolas. Nestes fóruns e nos outros 6 que foram reinstalados – Couro e Calçados, Têxtil e Confecções, Construção Civil, Plástico, Complexo Eletrônico e Madeira e Móveis – buscou-se um envolvimento maior dos trabalhadores no diálogo para a busca de aumento de competitividade.

No âmbito do Fórum do Complexo Eletroeletrônico instituiu-se uma política de adensamento da cadeia produtiva, induzindo uma maior utilização de componentes, partes e peças nacionais. O instrumento do Processo Produtivo Básico (PPB), quer na Zona Franca de Manaus, quer nas demais regiões do País apoiadas pela Lei de Informática, tem permitido a indução deste adensamento de forma mais efetiva. Dentro do fórum estão sendo desenvolvidos mecanismos que levem à redução do “mercado cinza” (contrabando), que prejudica sobremaneira a indústria nacional.

Outras iniciativas importantes são o apoio ao investimento em setores produtores de bens intermediários (aço, celulose, petroquímica, etc.) para que não haja gargalos no sistema produtivo nacional; o incentivo à indústria naval e seus fornecedores por meio das licitações da Petrobras (plataformas P-51 e P-52); o Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP), articulado pelo Ministério de Minas e Energia. Além disso, o Brasil poderá contar com o centro de prototipagem de circuitos integrados como forma de desenvolver capacitação e prestação de serviços ao sistema produtivo brasileiro. Finalmente destacam-se a constituição da Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia (HEMOBRAS), com dotação prevista no orçamento da União; o Programa do Biodiesel, cuja Comissão Executiva Interministerial para coordenar sua implementação já foi instalada no mês de fevereiro de 2004.



Regime dos Ex-Tarifários

Em 2003 esse regime apresentou significativo crescimento. Foram concedidos 560 ex-tarifários para o setor produtivo. O regime permite a redução para 4% do imposto de importação de bem de capital sem similar nacional, sendo um estímulo para os investimentos em bens de capital destinados à ampliação e reestruturação do parque industrial do País. Os resultados contribuíram para a viabilização de investimentos da ordem de US\$11,4 bilhões. Este ano, com o intuito de dar maior transparência à concessão deste benefício, foram reformuladas as exigências para a concessão, instituindo a obrigatoriedade de Consulta Pública à sociedade.

Propriedade Intelectual

O Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual (GIPI) realizou esforços para a adequação da legislação penal, com tipificação de novos crimes e aumento das penas, visando a fortalecer o combate à pirataria na área de propriedade industrial, marcas e patentes, direito do autor e *software*. Em outra vertente, continuaram os avanços na adequação da legislação visando à promoção da saúde pública em relação à proteção patentária.

Marinha Mercante

O Fundo da Marinha Mercante obteve visível salto de qualidade em suas atividades. Voltado para o incentivo à marinha mercante e à construção naval, o Fundo teve um acréscimo de 207% no volume de recursos contratados, em relação a 2002, referentes à construção de 28 embarcações. Houve, igualmente, um crescimento no volume da liberação de recursos relativos aos contratos assinados, que passaram de R\$298,6 milhões para R\$523,2 milhões, considerando-se as liberações até o mês de novembro e as previsões para dezembro, o que representa um acréscimo de 75%. O benefício imediato foi o crescimento de 19% na geração de empregos nos principais estaleiros brasileiros, em 2003, passando de 10,8 mil, em 2002, para 12,8 mil trabalhadores.

Democratização do acesso aos títulos públicos

Por meio da expansão e do fortalecimento do programa Tesouro Direto, procurou-se facilitar o acesso de pequenos investidores ao mercado de títulos públicos. Trata-se de medida que fortalece a cidadania, pois torna mais transparente para os investidores a forma como o governo se financia. Trata-se também de medida importante para a política de ampliação do universo de agentes que negociam no mercado de títulos públicos, hoje muito concentrado e, portanto,

sujeito a mudanças de humor de um número limitado de grandes bancos e administradores de carteira.

2. FORTALECIMENTO DO SETOR PRODUTIVO, EFICIÊNCIA E REDUÇÃO DO CUSTO DO CRÉDITO

Crédito com consignação em folha de pagamento

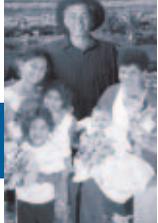
Com a Medida Provisória nº 130, os trabalhadores passam a poder realizar empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento mercantil autorizando o desconto das respectivas prestações diretamente na folha de pagamento do respectivo empregador. Essa faculdade confere maior segurança aos provedores de crédito, uma vez que minimiza os riscos da inadimplência (principal componente do *spread* bancário). Os primeiros resultados apontam para uma sensível redução de *spreads* nesses empréstimos, com impacto positivo especialmente sobre as famílias.

Concorrência bancária

O governo enviou ao Congresso Nacional um projeto de lei que estende a aplicação da legislação antitruste ao setor bancário. Com isso, o Banco Central ficará encarregado de determinar, dentre os casos de fusões e aquisições no âmbito do sistema financeiro, aqueles que envolvem risco sistêmico e cuja análise do ato de concentração caberá ao Banco Central. Todos os demais casos que não apresentem risco sistêmico serão enviados para a análise do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE). Está em fase de implantação o sistema de informações de crédito do Banco Central, reduzindo a informação privilegiada de cada banco sobre seus clientes, estimulando a competição bancária e favorecendo a redução de *spreads* e tarifas bancárias, na diminuição da taxa de juros e melhoria das condições de acesso ao crédito para as famílias.

Lei de Falências

A nova Lei de Falências contribuirá para estimular o mercado de crédito ao setor produtivo e viabilizar a recuperação de negócios economicamente viáveis, bem como a preservação de ativos (tangíveis e intangíveis), produção, emprego e renda. O Projeto de Lei, que já foi aprovado na Câmara dos Deputados e está em discussão no Senado Federal, tem, entre outros, o objetivo de substituir a concordata pela figura da recuperação extrajudicial e judicial, estabelecendo assim um novo ambiente de negociação com a participação dos credores. A alteração no Código



Tributário Nacional, encaminhada ao Congresso juntamente com o Projeto de Lei, encerra uma discussão de anos, com a extinção da sucessão tributária, tanto na recuperação quanto, principalmente, na falência. Essa medida permitirá que os ativos sejam alienados de forma mais rápida e a preço de mercado, diminuindo a resistência dos bancos a emprestar, aumentando as chances de sobrevivência das empresas recuperáveis.

Fim da cumulatividade da Cofins

Por meio da Medida Provisória nº 135 (convertida na Lei nº 10.833, de 29/12/2003), o governo está regulamentando o fim da cumulatividade da Cofins. Devido ao efeito cumulativo da Cofins, a carga tributária efetiva que incidia sobre os diversos setores de atividade dependia crucialmente da estrutura de produção, em particular, do número de etapas envolvidas no processo produtivo.

3. POLÍTICA DE COMÉRCIO EXTERIOR

As exportações brasileiras, no período de janeiro a novembro de 2003, atingiram a cifra recorde de US\$72 bilhões, o que representou crescimento de 22,1% em relação ao mesmo período de 2002. O desempenho do setor exportador foi fundamental para impulsionar a atividade produtiva do País, contribuindo também para a geração de emprego e renda. A expansão das exportações em 2003 é resultante do aumento da competitividade do produto brasileiro e da diversificação de mercados compradores, sobretudo para regiões não-tradicionais. O desempenho das exportações no ano é ainda mais significativo quando comparado com a expectativa de crescimento do comércio mundial, que é de apenas 2,9% para este ano.

O superávit comercial superior a US\$24,5 bilhões, igualmente recorde, tornou-se elemento essencial para diminuir a vulnerabilidade externa e a melhoria do balanço de pagamentos brasileiro.

Fortalecimento do Ambiente Institucional

As duas principais ações institucionais tomadas pelo governo foram a criação logo no mês de janeiro de 2003 da Agência de Promoção de Exportações Brasileiras (APEX-BRASIL), com fonte de recursos permanente e flexibilidade para fazer a promoção comercial do Brasil junto ao mercado externo, constituindo-se em antiga demanda do setor exportador, e a reestruturação da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX). Nessa reestruturação incluem-se

no Grupo Gestor cinco ministérios com objetivo de dinamizar e democratizar o Comércio Exterior. Também estão sendo criados os Conselhos Consultivos Empresariais, que reforçam o diálogo do setor público com o privado, no âmbito da Camex. Essa nova estrutura visa a dar maior agilidade às decisões do Comércio Exterior brasileiro, com a finalidade de viabilizar o aumento das exportações.

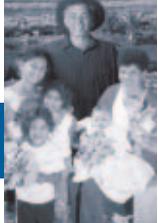
Com o intuito de promover os produtos e serviços brasileiros, o Governo Federal, por meio da APEX-Brasil, apoiou 40 setores participando de 244 feiras internacionais, 38 missões comerciais e da constituição de 20 consórcios de exportação de pequenas e médias empresas. Essas ações representaram o auxílio a aproximadamente 8 mil empresas, sendo 70% de pequeno e médio porte.

Programa Brasil Exportador

Em novembro deste ano, o Governo Federal lançou o Programa Brasil Exportador. O objetivo é formular, consolidar e racionalizar as ações de Promoção das Exportações. Ele é constituído por 45 programas que visam a articular os diferentes agentes no sentido de racionalizar, especializar e desenvolver ações que viabilizem a expansão sustentada das exportações. Trabalha com um horizonte temporal de 3 anos e tem como meta prioritária alcançar o valor exportado de 100 bilhões de dólares em 2006.

Fazem parte desse programa medidas de revisão dos mecanismos de apoio ao financiamento e à garantia das exportações. São mudanças na atuação do PROEX-Financiamento, do PROEX-Equalização e Seguro de Crédito:

- Extinção do Conselho Diretor do Fundo de Garantia à Exportação (Medida Provisória nº 143/2003 e criação do Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações – COFIG), unificando as competências do Comitê de Crédito à Exportação (CCEX) e do conselho extinto;
- Criação do Programa de Incentivo à Produção Exportável de Pequenas e Médias Empresas (PROPEX), viabilizado pelo Tesouro Nacional, posto que as garantias exigidas pelos bancos inviabilizam o crescimento das exportações desse segmento;
- Revisão da Resolução Camex nº 33, de 16/12/2002, para permitir que, nas operações de co-financiamento da Cooperación Andina de Fomento (CAF), o Proex financie 85% das



exportações brasileiras de bens e serviços, com garantia da própria CAF e que ela financie os gastos locais e o *down payment* das exportações brasileiras;

- Inclusão de organismos financeiros internacionais no PROEX-Equalização;
- Revisão do seguro de crédito nas operações com Convênio de Pagamentos e Créditos Recíprocos (CCR). Todas as operações financiadas pelo Proex ou BNDES garantidas com CCR serão classificadas, para efeito de seguro de crédito, como operações do grupo de risco 1, aumentando a competitividade das exportações brasileiras
- Revogação das limitações de valores e prazos ao uso do CCR;

Democratização das informações sobre exportação

Foram intensificadas ações no sentido da democratização das informações sobre exportação, o que proporcionou aos empresários de todas as regiões do Brasil conhecer as vantagens da atividade exportadora. Entre estas, destacam-se os Encontros de Comércio Exterior (ENCOMEX), nos quais cerca de 8.000 profissionais tiveram contato com informações sobre comércio exterior e puderam conhecer atividades desenvolvidas pelo Governo Federal e por várias entidades parceiras. No Projeto Redeagentes – Rede Nacional de Agentes de Comércio Exterior, cerca de 1.800 pessoas, entre empresários e Agentes de Comércio Exterior, foram capacitadas.

Desburocratização das Exportações

Também foram tomadas medidas para a simplificação e desburocratização das normas e procedimentos operacionais das exportações brasileiras. Em 10 anos, foi o primeiro trabalho de consolidação e simplificação dos inúmeros atos normativos que regem as exportações brasileiras. Em um único documento de oito folhas, foram substituídos os 83 atos de comércio exterior, de mais de 200 folhas. A iniciativa trouxe benefícios aos exportadores brasileiros e compradores estrangeiros, sobretudo os de pequeno e médio porte. No lado das importações, o projeto de desburocratização foi lançado em dezembro de 2003, com o objetivo de simplificar os procedimentos administrativos das importações brasileiras, e será divulgado mediante a publicação das normas simplificadas das importações. São 12 anos de espera para a consolidação dos atos normativos que regem as importações brasileiras. A medida beneficiará 1.600 bens de capital. Ficará mais fácil importar esses bens com alíquota reduzida amparada por ex-tarifários.

Sistema Brasileiro de Defesa Comercial

Lançada em setembro, a nova estratégia do Sistema Brasileiro de Defesa Comercial é uma resposta aos seus usuários que pleiteavam medidas que aumentassem a eficácia dos instrumentos de defesa comercial (investigações de *dumping*, subsídios e salvaguardas; aplicação de direitos provisórios e medidas compensatórias; avaliação de desempenho de importações, etc.). Dessa forma, os procedimentos para a abertura e conclusão de investigações contra práticas desleais de comércio tornaram-se mais ágeis.

Alerta Exportador

O Alerta Exportador é uma ferramenta eletrônica (disponível na *Web*), por meio da qual o empresário brasileiro, pequeno, médio ou grande, recebe gratuitamente as notificações encaminhadas à OMC por países importadores do Brasil, sobre regulamentos técnicos e exigências a respeito de produtos a ser exportados por empresas nacionais. É um projeto inédito que recebeu inúmeros elogios da OCDE e da própria OMC e tido como referência internacional de assistência à PME. Os países do Mercosul já apresentaram pleito no sentido de ter o Alerta Exportador para eles disponibilizados.

Exportação de Serviços

Por meio do Fórum de Competitividade de Serviços, o governo está promovendo uma importante revisão na política de exportações desse setor. As empresas brasileiras, principalmente de engenharia, têm reconhecida capacitação e experiência internacional, podendo ocupar papel importante nesse mercado. Para isso estão sendo criadas condições de financiamento pelo Proex e pelo BNDES, envolvendo convênios com a Corporação Andina de Fomento (CAF) e o BID, que viabilizem, inclusive, a Integração de Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA).

Financiamento às Exportações

Os principais produtos da Carteira de Crédito Internacional do Banco do Brasil são o Adiantamento sobre Contrato de Câmbio – ACC (concedido no período anterior ao embarque) e o Adiantamento sobre Cambiais Entregues – ACE (a partir da saída da mercadoria ao exterior). Essas operações possibilitam competitividade negocial com o importador estrangeiro, devido aos prazos e custos compatíveis com o mercado internacional. De janeiro a setembro de 2003, as



operações contratadas de ACC/ACE atingiram o volume de US\$6,7 bilhões, um incremento de 7,6% em relação ao mesmo período de 2002.

Foram fortalecidos igualmente os mecanismos de seguro às exportações, com o aumento dos recursos do Fundo de Garantia à Exportação, de US\$1,7 bilhão ao final de 2002 para US\$3,5 bilhões em outubro de 2003.

4. EXPANSÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA

A produção de grãos na safra 2002/2003 alcançou 122,4 milhões de toneladas, com crescimento de 26,5%, uma safra recorde. O agronegócio obteve também um saldo recorde nas exportações, atingindo US\$30,6 bilhões, crescimento de 23% em relação ao valor exportado em 2002, que foi de US\$24,8 bilhões. Com isso, a participação das exportações do agronegócio no total das exportações brasileiras alcançou 42%. O País assumiu o posto de maior exportador do complexo soja, superando os Estados Unidos. São 37 milhões de toneladas contra 34 milhões de toneladas exportadas pelos EUA e 32 milhões de toneladas da Argentina. Em 2003, o Brasil superou a Austrália, tornando-se o maior exportador mundial de carne bovina. No total do setor as exportações atingiram US\$4,1 bilhões.

A ação do governo de janeiro a novembro de 2003 viabilizou a aplicação do crédito rural no valor de R\$27,8 bilhões, distribuídos entre custeio, investimento e comercialização. O número de beneficiados foi de 1,7 milhão. No mesmo período de 2002 o crédito rural foi de R\$20,5 bilhões, representando um aumento de 35,6%.

No plano agrícola e pecuário 2003/2004, o Governo Federal destinou R\$32,5 bilhões ao crédito rural, valor 26% maior do que o da safra 2002/2003. O plano contém diversas inovações: Proger Rural Familiar; Linha Especial de Comercialização (LEC). As perspectivas são positivas: estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) indica que a safra de grãos a ser colhida em 2004 poderá atingir 130 milhões de toneladas. Só o Banco do Brasil aplicará nesta safra recursos da ordem de R\$20 bilhões, incremento de 33,3% em relação à safra anterior. Nos seis meses da safra 2003/2004, o banco já aplicou volume de recursos de R\$14,1 bilhões – 50% superior aos montantes emprestados no mesmo período do ano-safra 2002/2003. Outra fonte importante é o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), que aprovou para o ano de 2004 a aplicação de mais de R\$1,5 bilhão para a atividade agrícola e pecuária do Nordeste, o que contribuirá para a maior competitividade da produção regional, com destaque para os pólos de grãos e fruticultura irrigada, que exportam boa parte de sua produção.

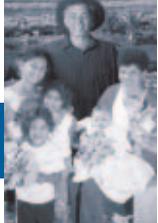
Diante da crise do abastecimento no início do ano, o governo adotou medidas específicas para incentivar o plantio de milho, sorgo e dos cereais de inverno. Em março de 2003, foi lançada a Linha Especial de Comercialização que estimulou a produção de milho e sorgo na segunda safra. Até dezembro de 2003 foram liberados R\$2,9 bilhões de financiamento para custeio do milho, enquanto, em 2002, esse total foi de apenas R\$1,8 bilhão. Para o sorgo, o financiamento chegou a R\$33,3 milhões, contra R\$11 milhões, em 2002. Além disso, por meio dos contratos de opção de venda, o governo adquiriu 1,2 milhão de toneladas de milho e 46,5 mil toneladas de sorgo para compor o estoque governamental, o que forneceu maior segurança ao produtor. Como resultado, a produção de milho bateu recorde, alcançando 47,5 milhões de toneladas (35,2 milhões em 2002). Só o sorgo atingiu 1,7 milhão de toneladas, contra 800 mil toneladas em 2002, representando um aumento de 112,6%.

Os produtores de leite obtiveram uma vitória com a inclusão do leite na política de garantia de preços mínimos. Esta decisão estratégica permitiu o financiamento da estocagem dos derivados a taxas de juros do crédito rural. Houve também incremento de 50% no limite de crédito por produtor de leite, passando de R\$60 mil na safra 2002/2003 para R\$90 mil na safra 2003-2004.

A produção de trigo alcançou 5 milhões de toneladas, com aumento de 90,5% sobre a colheita anterior. A importação de trigo no ano-safra correspondeu a 49% do consumo, contra 70% em 2002. Além disso, o Brasil está exportando trigo, um fato inédito.

A produção de carne bovina foi de 7,6 milhões de toneladas, 6,7% maior que em 2002. A produção de frango alcançou 7 milhões de toneladas, com crescimento de 12%. Por sua vez, a produção de carne suína chegou a 2,87 milhões de toneladas, sendo 7% maior do que no ano anterior.

No período da safra 2003-2004, serão colhidos 384 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, sendo 345 milhões de toneladas destinadas à produção de açúcar e álcool. Com um trabalho coordenado com a cadeia produtiva, a produção de açúcar atingirá o recorde histórico de 24,3 milhões de toneladas. A produção de álcool será de 14,4 bilhões de litros, normalizando o abastecimento. Com isso, as vendas de veículos novos movidos a álcool ou bicombustíveis ultrapassaram 83 mil unidades, um crescimento superior a 48%. O acompanhamento do setor sucro-alcooleiro está sendo sistematicamente realizado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Observou-se, entre os produtores de açúcar e álcool, o cumprimento do acordo firmado em fevereiro de 2003, com a produção de álcool crescendo em 1,8 bilhão de litros. Esse aumento da oferta contribuiu para a estabilização dos preços em patamares razoáveis, tanto para os produtores quanto para os consumidores.



A potência instalada para co-geração de energia elétrica pelas usinas e destilarias, com a queima do bagaço da cana, atingiu 2,1 MW/h. Desse total – percentagem próxima a 3% da geração nacional, 620MW/h foram comercializados com os distribuidores de energia e complementaram a oferta.

A busca de estabilização da renda dos produtores e recomposição de estoques públicos é uma meta deste governo. Cabe destacar, entre as medidas nessa área, a introdução do café na pauta de produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM). O lançamento de opção de compra para 3 milhões de sacas de café, das quais foram exercidas 980 mil, registrou impacto financeiro de R\$190 milhões. O programa de venda em balcão atendeu a pequenos granjeiros e moinhos de arroz, com a venda de milho e arroz em casca. Adicionalmente, o governo repassou 192 mil toneladas de milho e sorgo para o atendimento à avicultura e suinocultura da região Norte e Nordeste e norte de Minas Gerais. Para apoiar a comercialização de trigo e garantir a renda do produtor, foram colocados no mercado contratos de opção de venda, totalizando 1,7 milhão de toneladas até o final do ano.

Em 2003, foi aprovada pelo Congresso Nacional e sancionada a Lei de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural.

Certificação e qualidade dos alimentos

No ano de 2003 o governo consolidou importantes frentes de trabalho, na intenção de aumentar a competitividade da empresa nacional, com ênfase na pequena e média empresa, processo conduzido pelo MDIC e pelo MAPA. A essas ações foram agregadas iniciativas para garantir a proteção e informação ao cidadão como consumidor.

Está em curso o programa de certificação por meio de sistemas de produção integrada de frutas e flores. Tem o objetivo de assegurar, por meio de monitoramento e controle realizado por auditoria técnica independente, a qualidade das frutas brasileiras, sobretudo no que diz respeito a agroquímicos, fertilizantes, sementes, embalagem e estocagem. Denominado Programa Integrado de Frutas – PIF, consolida-se no País e já é reconhecido pela União Européia. Existem hoje seis frutas certificadas (maçã, manga, uva, mamão, caju e melão). O Brasil é o terceiro maior produtor mundial de frutas e coloca no mercado externo apenas 1,5% de sua produção. O potencial de exportação é, portanto, enorme, além do benefício direto para o cidadão brasileiro, que é ter frutas comprovadamente saudáveis.

Também as cestas de alimentos estão sendo certificadas. O governo implantou um sistema de certificação de cestas de alimentos com o objetivo de assegurar um padrão de qualidade aos usuários de cestas, em geral, camadas mais desfavorecidas da população. Hoje, cerca de 80% das cestas comercializadas no País têm certificação; garantia de alimento mais seguro para o trabalhador, em sintonia com o Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT).

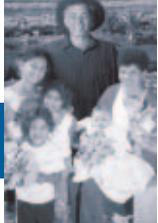
Outra frente crucial para o futuro da agropecuária brasileira é a de controle de doenças e, por conseguinte, da qualidade dos alimentos. Com o aprimoramento e consolidação do Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina (SISBOV), ultrapassou-se o número de 10 milhões de animais rastreados, contra 1,8 milhão em dezembro de 2002. Quanto à febre aftosa, além dos serviços de manutenção em 15 estados, Rondônia foi declarado como área livre de febre aftosa com vacinação. Com relação à chamada Síndrome da Vaca Louca, procedeu-se ao rastreamento dos animais importados dos Estados Unidos e Canadá, assegurando ao País a condição de região de menor risco nessa doença, garantindo vantagens na exportação. O estado de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Distrito Federal foram declarados áreas livres da doença de New Castle, permitindo a continuidade do aumento das exportações. Realizou-se uma parceria público-privada para a implementação de programa de combate à Morte Súbita dos Citros na região Centro-Sul, onde se localiza o maior parque produtor de cítricos do mundo. A implementação de sistemas de mitigação de risco, viabilizando a exportação de frutas para vários países, deu-se a partir da qualificação de áreas livres de pragas e doenças; ao mesmo tempo, com o aprimoramento do sistema de análise de risco de pragas, conferiu-se maior segurança fitossanitária às importações brasileiras.

Em face do crescimento da agricultura orgânica, o governo criou um programa específico e iniciou o desenvolvimento das bases jurídicas e da infra-estrutura organizacional para o fomento a esse mercado em alta, no Brasil e, sobretudo, no plano internacional.

Para melhorar a qualidade e combater a fraude no setor de frango e leite, estabeleceu-se um programa de fiscalização, em conjunto com o setor privado. As primeiras ações mostraram resultados com a apreensão de 250 toneladas de leite em pó. No caso do frango, a ação de fiscalização e combate à adição de água às carcaças subiu de 67% para 72% das empresas.

Fortalecimento dos instrumentos de política agrícola

A fim de reduzir os riscos da produção, o MAPA ampliou o zoneamento agrícola e publicou novos zoneamentos para o milho, sorgo e caju, no Nordeste, e trigo, para o Mato Grosso.



Para apoiar a formulação de políticas foram instaladas 13 câmaras para açúcar e álcool; carne bovina; ciências agrárias; culturas de inverno; equídeocultura; flores e plantas ornamentais; fruticultura; fumo; hortaliças; leite e derivados; milho e sorgo, aves e suínos; negociações agrícolas internacionais; viticultura, vinhos e derivados.

A agilização do processo de registro de produtos e estabelecimentos ganhou um novo reforço: a incorporação dessas ações ao governo eletrônico, que, por meio do Sistema Integrado de Produtos e Estabelecimentos (SIPE), permitirá maior eficiência, reduzindo prazos e custos para setor privado e governo.

O associativismo e o cooperativismo poderão contar, em 2004, com um plano de desenvolvimento do cooperativismo. As diretrizes estão sendo elaboradas em colaboração com um Grupo Interministerial, conforme estabelece o decreto presidencial de 4 de julho de 2003, editado por ocasião da celebração do Dia Internacional do Cooperativismo. O Programa de Desenvolvimento Cooperativo (PRODECOOP) viabilizou a ampliação de 80% do volume de recursos em relação ao ano anterior, chegando a R\$450 milhões, mantendo a taxa de juros fixa de 10,75% ao ano, com prazo de pagamento de até 12 anos. Na área de capacitação e apoio ao desenvolvimento de cooperativas realizaram-se 723 eventos, envolvendo 250 cooperativas e 92,5 mil beneficiários diretos.

Para 2004, o MAPA deverá regulamentar a atuação das cooperativas na área de trabalho e produção autogestionada, possibilitando a criação de opções viáveis de trabalho e renda para trabalhadores do meio rural e urbano. A intenção é ampliar a atuação técnico-governamental, em apoio ao desenvolvimento das cooperativas de trabalho e produção com mecanismos de autogestão, por meio de ações de educação, formação e capacitação de cooperados, gestores e dirigentes; difusão dos fundamentos do cooperativismo; pesquisa de novos modelos de sociedade cooperativa; parcerias internacionais; intercooperação; apoio às pequenas cooperativas; e incentivo à formação de capital social, que resulte em maiores e melhores oportunidades de trabalho e renda.

Pesquisa

A biotecnologia tem se destacado como um setor de importância crescente no mundo e no Brasil, em especial para o aumento da competitividade e a agregação de valor na economia na agropecuária. A engenharia genética vem tendo papel relevante no aumento das exportações brasileiras, com ganhos de produtividade e qualidade proporcionados ao agronegócio.

A atuação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) coloca o País na vanguarda da pesquisa genética. Em 2003, a empresa apresentou seu segundo bovino clonado. Participante ativa da elaboração da Lei de Biossegurança, a Embrapa está implantando, com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP (MCT), procedimentos para avaliação da segurança ambiental e da saúde alimentar. Além de gerar tecnologias envolvendo a produção de variedades geneticamente modificadas, a empresa desenvolve pesquisas com o objetivo de compor métodos, protocolos e roteiros para identificação e caracterização dos organismos transgênicos e seus eventuais efeitos sobre a saúde humana e o meio ambiente, em observância ao princípio da precaução, um compromisso do governo.

5. PESCA

O ano de 2003 foi marcado pela criação da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP), ligada à Presidência da República, e de suas unidades regionais e estaduais. Além disso, estabeleceram-se as bases de uma política de desenvolvimento sustentável para o setor.

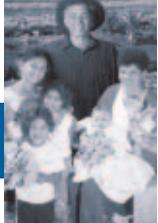
Com isto, já foi possível incrementar a produção de peixes de água doce em 25% e obter resultados ainda melhores com relação ao camarão, que se transformou no destaque de nossa pauta de exportações com o crescimento do setor em até 50% em relação a 2002.

Subvenção ao preço do diesel

Durante 2003, a concessão de subvenção econômica ao preço do óleo diesel aplicado para embarcações pesqueiras alcançou 1.618 barcos, sendo que os principais beneficiários são pescadores profissionais, armadores de pesca, empresários (indústrias) e proprietários de embarcações. Atualmente 11 estados – Espírito Santo, Ceará, Rio Grande do Norte, Pará, Paraíba, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Sergipe e São Paulo – beneficiam-se da medida, com uma redução média de 25% do preço final do óleo diesel.

Registro nacional da atividade pesqueira

As atividades do Registro Geral da Pesca (RGP) têm sido executadas nos Escritórios Estaduais da Seap. Dos cerca de 320.000 novos registros, 90% referem-se ao Pescador Profissional e os 10% restantes dizem respeito às demais categorias de registro (embarcações pesqueiras, armador de pesca, indústria pesqueira, aquícultor e pesque-pague). Desse total, mais de 100 mil foram oriundos da região Sudeste/Sul, existindo uma pequena quantidade na região Centro-Oeste, tendo em vista a proibição da pesca profissional em alguns estados dessa região.



Financiamento à pesca e à aquicultura

Para tentar reverter uma herança de exclusão do setor pesqueiro e aquícola do acesso a instrumentos econômicos de desenvolvimento consolidados em outras atividades produtivas, a Seap conduziu um processo de estruturação de linhas de crédito acessíveis aos produtores pesqueiros. Nesse contexto, destacam-se o Programa de Ampliação e Modernização da Frota Pesqueira Nacional (PROFROTA PESQUEIRA), o Programa de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca do Norte e Nordeste, os Programas Especiais de Financiamento para a Pesca Artesanal e para Piscicultura nos Assentamentos de Reforma Agrária e o Pronaf Pesca.

Em 2004, a Seap planeja incentivar a produção, agregação de valor, comercialização e redução da rede de intermediação do pescado, por meio dos seguintes instrumentos: Proger Pescador – linha de financiamento para atendimento a 2.500 famílias de pescadores artesanais e 100 cooperativas; Proger Piscicultor – atendimento a 2.500 famílias de assentados e 100 cooperativas em assentamentos; Profrota Pesqueira – financiamento para a construção de 30 embarcações para pesca oceânica, conversão de 47 embarcações para pesca costeira e 30 embarcações para pesca oceânica e substituição de 22 embarcações na pesca costeira; Projeto de desenvolvimento da aquicultura e pesca na região Norte e Nordeste – estimativa de aplicação de até R\$88 milhões do Fundo Constitucional do Norte e de até R\$200 milhões do Fundo Constitucional do Nordeste.

Seguro-desemprego para o pescador artesanal

Foi sancionada a Lei nº 10.779, de 25/11/2003 que dispõe sobre a concessão do benefício durante o período de defeso – época do ano em que há impedimento do exercício da profissão, em razão de preservação de espécies. Destina-se ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

Além dos benefícios diretos com a remuneração recebida, a concessão do seguro contribui para o ordenamento pesqueiro, uma vez que o recebimento pelo pescador de um salário mínimo no referido período contribui sobremaneira para a recuperação do estoque pesqueiro.

Marco regulatório da pesca

Alguns passos foram dados em relação às normas que regem a aquicultura e a pesca no Brasil. Tem-se agora um marco legal para o uso de espaços físicos de corpos d'água de domínio da

União para fins de aquicultura (Decreto n° 4.895, de 25/11/2003). Outra medida que se fazia necessária avançou com a Revisão do Regime de Arrendamento de Embarcações Estrangeiras (Decreto n° 4.810, de 19/8/2003).

No campo da regulação, a Seap buscará, em 2004, facilitar os procedimentos para concessão da subvenção ao óleo diesel; agilizar os procedimentos para autorização de uso para fins de aquicultura em águas públicas de domínio da União; e, sobretudo, iniciar o recadastramento de todas as categorias de registro – registrar 50% de todos os pescadores profissionais existentes no País e obter o panorama de todas as categorias de registros.

Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Aquicultura

Prevê-se, para 2004, a criação de número significativo de empregos diretos e indiretos, estabelecimento de alternativa de renda para os pescadores de pequena escala e pequenos produtores rurais, aumento na produção de pescado nacional em cerca de 75.000 toneladas. Para isso foram programadas diversas iniciativas como o estabelecimento de 20 Parques Aquícolas no litoral e nos reservatórios (com ênfase nos reservatórios de Itaipu, Furnas, Três Marias, Serra da Mesa, Sobradinho e Tucuruí); implantação de 3 projetos integrados de aquicultura na região do semi-árido, com suas respectivas áreas aquícolas e planos de manejo; construção de 3.000 hectares de viveiros; instalação de 6 unidades demonstrativas no litoral (camarão, ostras, mexilhões e peixes); instalação de 4 unidades de processamento de pescado; regularização de 30% dos empreendimentos já instalados; e estruturação de 30 associações e cooperativas de produtores.

Desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Pesca

Espera-se, para este ano, a geração de empregos diretos e indiretos no âmbito da cadeia produtiva da pesca. Além disso, a produção extrativa de pescados deverá atingir 800.000 toneladas, a partir da pesca oceânica de atuns e afins e da captura de espécies atualmente subexploradas, com ênfase na anchoíta, lulas e espécies demersais de profundidade (40% desse crescimento). Para isso estão previstas medidas como a implantação de 12 unidades de beneficiamento; adequação de 11 portos para recepção do pescado; implantação de 6 entrepostos e terminais pesqueiros; e formação e habilitação de 500 pescadores profissionais (incluindo 135 patrões de pesca).

Inclusão social a partir da pesca artesanal e pequena aquicultura

Visa ao aumento da renda dos pescadores artesanais e pequenos aquicultores, bem assim ao atendimento das especificidades das mulheres marisqueiras, catadoras de caranguejo,



pescadoras e aqüicultoras. Deverá beneficiar um número significativo de famílias de pescadores artesanais e de famílias de aqüicultores direta e indiretamente.

6. DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PLANO SAFRA PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

Em julho de 2003, o governo lançou o Plano Safra para a Agricultura Familiar 2003-2004, que se constituiu no mais forte conjunto de ações já destinado ao setor, permitindo acesso ao crédito, assistência técnica e extensão rural, apoio à comercialização e garantia de renda aos agricultores e assentados da reforma agrária. Construída coletivamente com movimentos sociais, sindicatos e entidades do meio rural, a iniciativa reafirma o compromisso governamental com a produção rural familiar, ao passo que consolida o protagonismo dos movimentos sociais na formulação de políticas públicas, numa relação mais transparente com a sociedade civil.

O Plano Safra, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), conta com R\$5,4 bilhões, volume recorde de crédito para uma única safra, 25% superior ao disponibilizado na safra passada. A execução do plano se dá no período de julho de 2003 a junho de 2004, para quando se projeta a aplicação do total dos recursos em 1,4 milhão de contratos de financiamento.

O governo, além de ter lançado, pela primeira vez, planos de safra exclusivos para a região Nordeste e Norte, está também antecipando a liberação dos recursos de acordo com o calendário agrícola de cada região, ao contrário dos anos anteriores, quando o dinheiro era repassado tardiamente. Foram tomadas medidas para desburocratizar o acesso aos financiamentos, como o Cartão Pronaf, instituído pelo Banco do Brasil em parceria com Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que permite a contratação do crédito de maneira rápida e simples. O agricultor que pagar o financiamento até o prazo de vencimento terá seu crédito renovado por um período de até seis anos. O objetivo é reverter um padrão de contraste entre o crédito anunciado e o montante contratado nos últimos anos. Dos R\$4,2 bilhões previstos para a safra passada, apenas R\$2,3 bilhões chegaram às mãos dos agricultores.

Entre julho de 2003 e junho de 2004, o Plano Safra destinou R\$5,4 bilhões para a agricultura familiar, a maior oferta de crédito já alocada ao setor. O desempenho do programa entre julho e dezembro de 2003, com a execução de R\$3,1 bilhões e 954 mil contratos, autoriza a previsão de que no primeiro semestre deste ano será atingida em 100% a meta estabelecida. Para o segundo

semestre está previsto o lançamento do Plano Safra 2004-2005, que deverá manter e ampliar a oferta de crédito para a agricultura familiar e para os assentados da reforma agrária. Por meio da Compra Direta e da Compra Antecipada, será ampliado o Programa de Aquisição de Alimentos, ação interministerial em parceria com Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Conab.

Do total de R\$5,4 bilhões anunciados pelo governo para a agricultura familiar, o Banco do Brasil aplicará R\$3,3 bilhões, montante este 57,4% superior ao aplicado na safra anterior. No período de julho/dezembro-2003, a agricultura familiar recebeu tratamento especial do Banco, com créditos de 2,4 bilhões, o que representa um aumento de 82% em relação ao mesmo período da safra passada. Os recursos beneficiaram cerca de 720 mil famílias, número 34% superior ao verificado anteriormente. O Pronaf efetuará, de julho a dezembro de 2003, um total de 880.000 financiamentos rurais para agricultores familiares, soma 30% superior à que foi efetivada no mesmo período de 2002.

O Banco do Nordeste aplicou no ano de 2003 o montante de R\$319,4 milhões nos diversos grupos do Programa, conforme tabela que se segue:

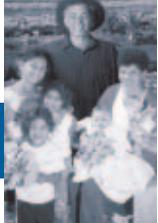
BNB – VOLUME DE APLICAÇÕES DO PRONAF EM 2003

GRUPO	QUANTIDADE	VALOR CONTRATADO
A	11.889	129.749.118,16
AGREGAR	3	84.165,25
B	150.847	134.599.440,64
C	14.122	30.508.369,93
CA	724	1.389.670,47
D	3.356	23.084.596,05
TOTAL	180.941	319.415.360,50

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil S/A

Foram criadas, ainda, linhas especiais de crédito voltadas às mulheres, jovens e às especificidades da região Nordeste.

Para o combate à seca, foi criado o crédito especial, com recursos para a construção de pequenas obras hídricas, como cisternas, barragens para irrigação e dessalinização da água, com juros de apenas 1% ao ano.



Outra novidade que está funcionando em todo o País, com prioridade para a região Nordeste, é o Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar, numa parceria com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e a Conab. Foram realizadas as compras diretas da agricultura familiar dos produtos milho, feijão e leite, para o estado de Mato Grosso do Sul, Bahia, Piauí, Paraíba, Rio Grande do Sul, Maranhão, Rio Grande do Norte, São Paulo e Amazonas, atendendo a 2.570 agricultores e totalizando 6.980 toneladas de alimentos, no valor de R\$4,871 milhões. Na modalidade Compra Antecipada (CPR Alimentos), 36.560 agricultores familiares e assentados da reforma agrária foram beneficiados, num total de R\$67,253 milhões. Na Compra Local (CPR Especial), foram 7.472 agricultores e assentados, com R\$11,079 milhões.

Renegociação das dívidas dos assentados e agricultores familiares

A reivindicação histórica dos movimentos sociais da agricultura familiar brasileira foi tornada realidade. Mais de 313 mil agricultores (cerca de 40% do total previsto) já foram beneficiados. Para que a totalidade dos cerca de 815.000 agricultores efetue a renegociação de suas dívidas, foi prorrogado o prazo para 31 de maio de 2004.

A renegociação de suas dívidas permite que os agricultores se tornem adimplentes e assim possam reivindicar novos financiamentos rurais, além de continuar na atividade produzindo alimentos. Sem essa providência, mais de 800 mil agricultores estariam fora do Pronaf.

Sistema Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

O acesso ao conhecimento é fundamental para o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares e assentados da reforma agrária. O MDA passou a ser responsável pelas atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), como estabelece o Decreto nº 4.739, de 13 de junho de 2003. Foi elaborada uma nova política nacional de assistência técnica e extensão rural, a partir de um amplo processo de consulta aos agricultores, movimentos sociais e prestadoras de serviço.

O MDA promoveu convênios com organizações estatais de Ater e com organizações não-governamentais. Foram efetivados 30 contratos de Ater, somando R\$21,4 milhões, e 116 contratos de capacitação, no valor de R\$18 milhões.

Os serviços de assistência técnica e extensão rural, incorporados à responsabilidade do MDA ao longo de 2003, serão ampliados em 2004 por meio de convênios com os órgãos estaduais de Ater e com outras organizações públicas e ONGs. Além dos recursos orçamentários destinados a essas ações deve-se destacar que 10% dos valores financiados para os agricultores assentados (grupo A do Pronaf) e 3% dos financiamentos aos agricultores enquadrados no grupo B são destinados a esses serviços. A meta em 2004 é atender, diretamente e indiretamente, a 1,6 milhão de agricultores familiares e técnicos.

Garantia-Safra

O Garantia-Safra representa uma ação fundamental para a convivência com o problema da seca no semi-árido brasileiro, promovendo a segurança alimentar das famílias rurais atingidas pela estiagem. No Nordeste, o seguro Garantia-Safra paga uma renda mínima de R\$550,00, dividida em seis parcelas, aos agricultores que tenham perdas a partir de 50% da safra, em decorrência da seca. No ano de 2003, 35.118 agricultores familiares, em 114 municípios do estado da Paraíba, Alagoas, Piauí e Pernambuco receberam o benefício, totalizando R\$16,7 milhões. O programa deve cobrir 550 mil agricultores no ano de 2004.

O Garantia-Safra traz uma nova maneira de lidar com o problema da seca no semi-árido brasileiro, ao introduzir o reconhecimento de que esse é um problema cíclico e ao incentivar a agricultura familiar na região, assegurando ao agricultor meios de sobrevivência. O programa também promove ações de capacitação, com ênfase na adoção de tecnologias e culturas apropriadas.

Além disso, introduz-se a participação e responsabilização dos três entes federativos – (União, estados e municípios –, em relação ao problema da seca, pois agora todos são chamados a contribuir para um fundo. A participação da sociedade civil e dos movimentos sociais também é fundamental. O objetivo é que a sociedade exerça o controle social e participe do processo de sensibilização dos dirigentes municipais e estaduais para a adesão ao Garantia-Safra antes da ocorrência da seca.

Pronaf Infra-Estrutura

A ação do Pronaf Infra-Estrutura viabiliza obras fundamentais para o desenvolvimento da agricultura familiar, suprindo as comunidades rurais de infra-estrutura pública; reduzirá também o risco de aplicação do crédito rural, assegurando o trinômio energia-água-irrigação,



e dá condições de escoamento da produção, viabilizando a comercialização. Este apoio prioriza as ações intermunicipais, que representam projetos negociados entre o poder público e organizações da sociedade civil, visando ao desenvolvimento territorial.

REFORMA AGRÁRIA

O novo Plano Nacional de Reforma Agrária do Governo Federal irá permitir o acesso à terra a 530 mil famílias, até 2006.

Serão 400 mil famílias assentadas e outras 130 mil receberão terras por meio do crédito fundiário. Além dos assentados, outras 500 mil famílias, a maioria concentrada na região Nordeste, serão contempladas com a regularização de suas terras: mais de 1 milhão de famílias beneficiadas com o novo plano. O objetivo do governo é transformar o meio rural brasileiro num espaço de paz, produção, qualidade de vida e de desenvolvimento sustentável. O passivo fundiário herdado pelo atual governo é enorme – principalmente no que se refere à infraestrutura. Das mais de 500 mil famílias assentadas entre 1995 e 2002, 90% não têm abastecimento de água, 80% não possuem energia elétrica e acesso a estradas e 53% não receberam tipo algum de assistência técnica. O acesso à terra é apenas o primeiro passo para uma reforma agrária massiva e de qualidade.

Infra-estrutura no campo

O MDA vem trabalhando para melhorar a infra-estrutura dos assentamentos, por meio de convênios e acordos. Alguns exemplos são convênios firmados com o Ministério de Minas e Energia, Petrobras, Sebrae, Embrapa, estados e municípios para disponibilizar energia elétrica, assistência técnica e sistema viário às famílias. Nessa mesma direção, o MDA está fomentando uma maior presença de políticas públicas em áreas como educação, cultura e saúde para uma vida digna dos assentados.

Resultados de 2003

Diante de todas as dificuldades herdadas pela atual administração, foram assentadas, no ano de 2003, 36.301 famílias; 35.628 ganharam concessão de crédito para instalação. Foi garantida assistência técnica para 121.634 famílias assentadas, além de infra-estrutura básica para outras 51.885. Além disso, 41.018 famílias já estão com o Plano de Desenvolvimento do Assentamento (PDA) em andamento e serão beneficiadas em breve.

Foi inaugurada no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) uma nova metodologia para ações de Assistência Técnica aos beneficiários, fundamentada em sua participação efetiva no processo de seleção das entidades prestadoras desses serviços.

Na composição de quadros técnicos multidisciplinares, buscou-se romper com o conceito de que assistência técnica para os assentados é exclusividade das Ciências Agrárias. A denominação atualmente utilizada pelo Incra é Assessoria Técnica e Social para Reforma Agrária (ATES/RA).

O governo também está empenhado na promoção de estudos de mercado e apoio logístico para definir as culturas e modelos tecnológicos que garantam maior valor agregado à produção dos assentamentos. O objetivo é implantar modelos de reforma agrária compatíveis com as potencialidades de cada região do País e fomentar a integração territorial dos assentamentos. Ao atuar conjuntamente, numa estratégia de produção e comercialização, as famílias assentadas terão maior capacidade produtiva e força de inserção no mercado.

Programa Nacional de Crédito Fundiário

Um novo decreto regulamenta o Fundo de Terras e da Reforma Agrária, efetivando, como instrumento complementar, o Programa Nacional de Crédito Fundiário. Construído com a participação da Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Sul (FETRAF-SUL), o programa financia a compra de terras não-desapropriáveis, bem como a infra-estrutura inicial de produção e assistência técnica a trabalhadores rurais semterra. Dentre as novidades está a criação de uma linha de financiamento para os jovens (Nossa Primeira Terra) e de ferramentas de controle e participação social. Em 2003, o programa beneficiou 7.889 famílias com acesso à terra; 3.926 famílias com acesso a investimentos comunitários; e 9.832 pessoas com ações de capacitação.

Sustentabilidade ambiental dos assentamentos

Os novos modelos de assentamento são centrados no desenvolvimento sustentável e em conformidade com as características dos biomas e das populações tradicionais onde serão implantados. Esse novo modelo prevê ações tais como o licenciamento ambiental dos assentamentos e projetos de energia alternativos, como o biodiesel. A Resolução do Conama



nº 289/2001 exige o licenciamento ambiental de todos os assentamentos implantados até hoje – cerca de 4.500 –, o que está sendo realizado pelo Ministério do Meio Ambiente.

Reforma Agrária em 2004

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), lançado em novembro de 2003, definiu as grandes metas do Governo Federal nesse setor, tendo como horizonte o ano de 2006. Elaborado com a colaboração de uma equipe de técnicos do MDA, Incra, universidades e centros de pesquisa e a participação dos diversos setores dos movimentos sociais, o PNRA concentra os grandes objetivos do Governo Federal para transformar o meio rural brasileiro em um espaço de paz, produção e qualidade de vida. Entre as metas do PNRA destacam-se:

- 400.000 novas famílias assentadas, sendo 115.000 em 2004;
- 500.000 famílias com posses regularizadas (150.000 em 2004);
- 130.000 famílias beneficiadas pelo Crédito Fundiário (37.500 em 2004);
- Recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos;
- Cadastramento georreferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais;
- Reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas;
- Garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas;
- Garantir assistência técnica e extensão rural, capacitação, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; e
- Universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

O PNRA se traduzirá em um novo padrão de assentamentos, com viabilidade econômica, sustentabilidade ambiental e qualidade de vida, contribuindo para a consolidação de um modelo de desenvolvimento com base no crescimento e na distribuição de renda, democratizando a propriedade da terra, reforçando a agricultura familiar, a produção de alimentos e as formas de produção cooperativas.

7. APOIO ÀS MICROEMPRESAS, PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

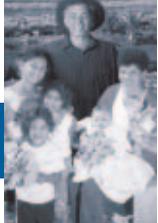
As empresas de menor porte representam uma base produtiva essencial à elevação da competitividade sistêmica da economia brasileira. Segundo dados do IBGE, no ano de 2000 existiam cerca de 4,1 milhões de empresas no Brasil, sendo que as MPes respondiam por cerca de 98% deste total. Em relação ao mercado de trabalho, existiam cerca de 30,5 milhões de trabalhadores no Brasil nas empresas formais, dos quais 45% estavam trabalhando em MPes. Esses dados revelam a importância deste segmento para o desenvolvimento do País.

O governo reforçou em 2003 sua atuação nos principais problemas enfrentados pelas empresas de menor porte para desenvolverem suas atividades produtivas e gerarem mais empregos. Para realizar esse esforço de forma consoante às expectativas do setor, o governo promoveu o Relançamento do Fórum Permanente da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. É um espaço para a conjugação de esforços dos órgãos governamentais e da iniciativa privada para a formulação de medidas de apoio e proposição de ajustes e aperfeiçoamentos necessários à plena implantação do Estatuto da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte. Os trabalhos do Fórum contemplam as seguintes ações: a) apoio à promoção de tecnologia e inovação tecnológica; b) formação e capacitação empreendedora; c) promoção das exportações e inserção internacional das microempresas e empresas de pequeno porte; d) aprimoramento do marco legal das microempresas e empresas de pequeno porte e racionalização burocrática; e) inserção das MPes no universo digital e gestão da informação.

Crédito para microempresas, pequenas e médias empresas

O Governo Federal lançou um programa para financiar a compra de caminhões novos e usados por autônomos e microempresas, pequenas e médias empresas. O Modercarga tem como objetivo reduzir a idade média dos veículos de transporte e mercadorias, que hoje fica em torno de 18 anos, por meio de financiamento com taxa de juros fixa (17% ao ano). Com isso, busca-se também uma diminuição dos níveis de acidentes nas estradas e dos índices de poluição ambiental e de consumo de combustível. Os recursos virão do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e serão operacionalizados pelo BNDES, num total de R\$2,0 bilhões, que permitirão a compra de 20 mil unidades novas e usadas.

Por meio da Medida Provisória nº 122, de 25/6/2003, conferiu-se ao CMN competência para regulamentar a aplicação de parte dos depósitos à vista das instituições financeiras, incluindo



as cooperativas de crédito de microempreendedores e aquelas de livre admissão de associados, em operações de microcrédito para população de baixa renda e a microempreendedores. Com base nessa atribuição, a Resolução CMN nº 3.109, de 24/7/2003, fixou o percentual mínimo de 2% dos depósitos à vista a ser destinado ao microcrédito, com as seguintes principais condições: crédito máximo de R\$1.000,00 para microempreendedores (investimento) e de R\$500,00 para pessoas físicas (consumo); taxa de juros máxima de 2% ao mês; Taxa de Abertura de Crédito (TAC) máxima de 4% para microempreendedores e de 2% para pessoas físicas; e prazo mínimo da operação de 120 dias.

Até dezembro, Banco do Brasil e Caixa, para o financiamento a microempresas e pequenas empresas, desembolsaram respectivamente R\$9,7 bilhões e R\$1,7 bilhão. Somado ao desembolso do BNDES, o financiamento das instituições oficiais de crédito terá ultrapassado R\$16 bilhões em 2003. Até outubro, o BNDES efetuou desembolsos da ordem de R\$7,9 bilhões, restando apenas R\$900 milhões para o alcance da meta estabelecida para o ano. O montante é 24% superior ao do mesmo período do ano passado. Adicionalmente, o banco consolidou o Cartão BNDES, que amplia o crédito rápido e barato para o segmento. São 90 empresas ofertando 2.147 produtos financiados pelo banco, que dispôs uma dotação inicial de R\$300 milhões para 2003.

O Banco do Brasil vem sucessivamente fazendo crescer sua linha de produtos para o segmento. O aumento significativo do volume de crédito destinado às microempresas e pequenas empresas foi possível em função da implementação de ações, como a adequação do BB Giro Rápido, produto destinado ao atendimento das necessidades de capital de giro, com recursos do FAT, sendo este o principal produto de crédito do banco destinado a esse segmento. O público-alvo foi estendido, passando a auxiliar empresas com faturamento anual de até R\$5 milhões. O teto dessa linha de crédito também foi elevado de R\$50 mil para R\$100 mil. Houve ainda a redução de encargos financeiros, que passaram de pós para pré-fixados. Até dezembro de 2003, 535 mil empresas já haviam sido atendidas.

Ao longo de 2003, o número de concessões mensais de crédito da Caixa Econômica Federal para as microempresas e pequenas empresas teve uma expansão de 56%. Com isso, atualmente, 96% das concessões de crédito da Caixa são direcionados para empresas desse porte.

Na região Norte, as microempresas e pequenas empresas hoje contam com uma linha de crédito específica – Basa/FNO-Micro e pequena empresa –, destinada a financiar uma variedade de atividades produtivas para esse segmento. O orçamento da linha para 2004 foi estimado em R\$128,8 milhões.

O Banco do Nordeste do Brasil já contrata mais de 90% de suas operações de financiamento do FNE para negócios de micro, pequeno e médio porte em todas as atividades, projetando-se para 2004 um montante aproximado de R\$1 bilhão direcionado para esse segmento.

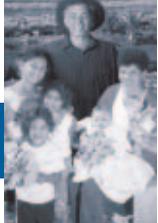
Inclusão Bancária

Em um esforço para a democratização dos serviços bancários, a Caixa lançou a Conta Caixa Aqui. Com ela, cerca de 1.122.000 brasileiros puderam, pela primeira vez, dispor de uma conta e de um cartão bancário garantindo assim condição mais digna e promissora para a administração de seu dinheiro. Por essa mesma conta, um crédito rotativo de R\$200,00 já está disponível para mais de 275 mil trabalhadores, muitos dos quais estão utilizando o recurso para adquirir ferramentas que possibilitarão ampliar sua renda no futuro.

MICROCRÉDITO

Lançado em 2003, sob a coordenação do Ministério da Fazenda, o programa de apoio às ações de crédito e microcrédito para as microempresas, pequenas, médias empresas e empreendedores informais tem o propósito de melhorar as condições de acesso ao crédito e ao microcrédito, com capacitação e consultoria. Igualmente, visa a dar suporte às instituições privadas que trabalham com microcrédito.

O Programa Crediamigo do Banco do Nordeste foi criado em 1998 com o objetivo de desenvolver o setor microempresarial nordestino. Maior programa de microcrédito da América do Sul, concentra 75% dos empréstimos desse gênero no Nordeste. É um instrumento de redução das desigualdades sociais da região. Este ano, com as aplicações de R\$368 milhões, o Crediamigo superou a marca de R\$1 bilhão, aplicados em cinco anos de existência, com uma média de 1,6 mil operações por dia. O programa está presente em 1.172 municípios da área de atuação da empresa e emprega mais de 800 colaboradores. Além disso, o Banco vem implementando mudanças na operacionalização do Crediamigo, com o objetivo de ampliar a agilidade e a produtividade do programa. Dentre essas alterações, convém ressaltar: o lançamento do Giro Popular Solidário, linha de crédito destinada a operações de R\$100,00 a R\$1.000,00, com redução dos encargos financeiros (juros de 2% ao mês); incremento de 100% nos valores máximos por empréstimo, passando de R\$4 mil para R\$8 mil, e aumento de 67% no limite de endividamento do cliente, passando dos atuais R\$6 mil para R\$10 mil por cliente.



Os empreendimentos de microporte e pequeno porte contarão também com recursos da ordem de R\$480 milhões para negócios no âmbito do microcrédito (programa Crediamigo), que atende inclusive ao empreendedor informal, com empréstimos que podem chegar a R\$8 mil por operação.

A Caixa oferece aos clientes Caixa Aqui uma linha de crédito rotativo no valor de R\$200,00 com juros de 2% mensais. Ao final de 2003, mais de 275 mil clientes já tinham essa linha de crédito pré-aprovada, o que significava disponibilizar R\$55 milhões para trabalhadores e microempresários que antes só conseguiam obter crédito por intermédio de agiotas.

APOIO ÀS EXPORTAÇÕES

Com o intuito de promover os produtos e serviços brasileiros o Governo Federal por meio da APEX-Brasil apoiou mais de 5 mil pequenas e médias empresas em 40 setores distintos levando as PMEs a participar de 244 feiras internacionais, 38 missões comerciais e na constituição de 20 consórcios de exportação. Isso representou um aumento significativo da participação das PMEs no comércio exterior.

As ações de financiamento à exportação a incorporação progressiva de microempresas, pequenas e médias empresas com investimento em produtos de maior valor agregado. Verifica-se um sensível crescimento da carteira de MPEs exportadoras, tanto em termos de desembolso quanto em quantidade de empresas. De janeiro a setembro de 2003, as liberações, que atingiram US\$73 milhões, representaram um incremento de 76% frente ao igual período de 2002. A carteira atual totaliza 127 microempresas, pequenas e médias empresas, 56% do total atendido pela Área de Comércio Exterior do Banco este ano. O crescimento deveu-se principalmente à automatização operacional do programa de pré-embarque e ao lançamento do pré-embarque de curto prazo, bastante demandados por MPEs dos mais diversos segmentos.

Por meio do Programa de Geração de Negócios Internacionais (PGNI), do Banco do Brasil, foram beneficiadas até outubro 1.710 empresas, ou seja, 73,7% da meta proposta para o ano, resultado que supera em 2% o observado no mesmo período de 2002. Em consonância com o programa do atual governo, o Banco do Brasil lançou, em agosto de 2003, o PGNI-MPE específico para o segmento de microempresas e pequenas empresas, reunindo um portfólio de produtos e serviços que facilitam a inserção das MPEs no comércio exterior, sendo a maioria com isenção de tarifas.

O Banco do Brasil também é o gestor do Programa de Financiamento às Exportações (PROEX). Do total de operações aprovadas em 2003, 97% foram de exportações no valor de até US\$1 milhão. O número de microempresas beneficiadas é o maior desde a criação do programa, com aumento de 50% em relação a 2002. As exportações financiadas pelo programa, antes direcionadas principalmente à América Latina, apresentam atualmente destinos mais diversificados, tais como China, Japão, Croácia, Tailândia, Romênia, República Tcheca, Estados Unidos, Canadá, Itália e França.

Serviço Postal para as microempresas e pequenas empresas

Para estimular as exportações, foi ampliado o serviço Exporta Fácil – Brasil Correios, uma solução logística que facilita os processos operacionais e alfandegários com o envio, para 241 destinos internacionais, de remessas de até 30 quilos e valor máximo de US\$10 mil. Por meio desse serviço as pequenas empresas têm acesso ao mercado internacional de forma simplificada e econômica. Em 2003 foram para o exterior 19.631 remessas, totalizando R\$35,5 milhões em valores exportados.

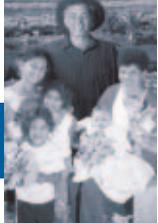
A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) estima atingir a marca de 34.360 remessas ao exterior através do Exporta Fácil, num montante de R\$70 milhões em valores exportados, o que reflete o esforço da empresa em ampliar a participação das empresas de pequeno porte no comércio internacional.

Simplificação do registro e da legalização de empresas na esfera federal, estadual e municipal

O governo está dando continuidade à implantação do Cadastro Nacional de Empresas Mercantis (CNE), que incorporará informações cadastrais das empresas registradas nas 27 Juntas Comerciais do País. Esse cadastro fornecerá dados sobre o universo empresarial, o que subsidiará a formulação de políticas públicas e o planejamento empresarial, bem como fornecerá informações aos órgãos públicos das três esferas de governo e à sociedade, com mais agilidade e eficiência.

Apoio e fomento à microempresa, pequena e média empresa de mineração

Numa iniciativa inédita no setor mineral, está sendo formulado um programa de apoio a empresas de pequeno porte, por meio de convênio entre o MME e o BNDES. A ideia central é assegurar o acesso a financiamentos nas instituições de fomento oficiais, utilizando as reservas



minerais identificadas nas concessões como garantia. O MME está adotando também políticas de incentivo à formação de arranjos produtivos locais de base mineral. O objetivo é fortalecer as pequenas e médias empresas por meio da agregação de valor aos produtos, do aumento da competitividade e da geração de renda e de novos empregos.

Tecnologia para microempresas, pequenas e médias empresas

Utilizando-se dos recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTEL), o Ministério das Comunicações priorizou, no ano de 2003, ações dirigidas à pesquisa e desenvolvimento de tecnologias no setor. O Fundo tem como objetivo estimular o processo de inovação tecnológica; incentivar a capacitação de recursos humanos; gerar empregos e promover o acesso de pequenas e médias empresas a recursos de capital, de modo a ampliar a competitividade da indústria brasileira de telecomunicações. Dentre as ações, destaca-se o desenvolvimento da tecnologia nacional Trópico de redes NGN (Next Generation Networks) um dos mais relevantes nichos de mercado de, integrando comunicação de voz e dados por meio de uma plataforma de voz em Protocolo Internet (IP).

Telecentros de Informação e Negócios

Destinado a promover a inclusão digital das microempresas e pequenas empresas, até o final de outubro de 2003 foram instalados 14 Telecentros no Brasil, resultado de parcerias diversas (envolvidos: ministérios, Banco do Brasil, Caixa, BNDES, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia, Confea, CNC, Codevasf, Unesco, Cendotec, CNI, Itaipu Binacional, Embrapa).

Lançamento do Programa de Apoio à Pesquisa em Pequenas Empresas (PAPPE)

A Finep formalizou convênios com 19 estados, mobilizando recursos dos Fundos Setoriais da ordem de R\$87 milhões, que, somados às contrapartidas estaduais, totalizam R\$174 milhões para o estímulo ao desenvolvimento e agregação de valor a produtos e processos inovadores nas pequenas empresas.

8. POLÍTICAS DE INCENTIVO AO TRABALHO

EMPREGO FORMAL

Em que pese o esforço do Governo Federal para implementar suas políticas, há de se considerar que o quadro de ajuste macroeconômico impôs pesados desafios para o cumprimento da

missão de inclusão social pela via do trabalho, emprego e renda. O crescimento econômico por si não é condição suficiente para que se alcance o desenvolvimento econômico com inclusão social. No entanto, é uma condição necessária e irrefutável. O ano de 2003 deve ser entendido como o primeiro momento do processo de transição para um novo modelo de desenvolvimento econômico e social para o País. À medida que as ações de desenvolvimento sejam implementadas, consolidar-se-á um ciclo de crescimento de longo prazo, com elevação do investimento, especialmente na infra-estrutura, viabilizando uma melhor distribuição de renda mediante a transferência de ganhos de produtividade para a população trabalhadora.

Os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) confirmam o crescimento do emprego formal. Em 2003, foram gerados mais de 645 mil novos postos de trabalho no mercado formal. Parte desse resultado ocorreu graças à fiscalização: 534.125 trabalhadores, dos quais 103.545 (19%) no meio rural, foram formalizados sob ação fiscal, que, ao todo, atingiu 285.241 estabelecimentos e alcançou 22 milhões de trabalhadores.

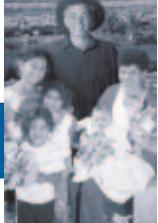
Primeiro Emprego

O programa foi implementado a partir da Lei nº 10.748, de 22 de outubro de 2003, e nesta fase inicial já está operando em todas as capitais. A meta é atender, em um ano, a 250 mil jovens já inscritos no Sistema Nacional de Emprego (SINE).

O programa atua sob as seguintes modalidades:

- Subvenção econômica: cerca de mil empresas assinaram, em 2003, o termo de adesão para colocação de jovens.
- Estímulo à responsabilidade social: até dezembro de 2003, cerca de 22 mil vagas foram oferecidas por grandes empresas que dispensarão a subvenção econômica.
- Consórcios da Juventude: sete Consórcios da Juventude estão em implantação em Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Fortaleza, Goiânia e ABC Paulista, com capacidade de atendimento prevista de 8.500 jovens. Os consórcios começaram a ser implantados em novembro de 2003, mas a maioria será inaugurada em fevereiro de 2004.

A preparação de jovens para o primeiro emprego possui duas ações importantes em andamento: o Serviço Civil Voluntário, em parceria com os estados, que possui a meta de qualificar 5 mil



jovens até junho de 2004 e colocar, no mínimo, 20% deles no mundo do trabalho; e a qualificação de 16 mil jovens interessados em desenvolver o empreendedorismo, no âmbito do programa de Geração de Emprego e Renda Jovem Empreendedor (PROGER), por meio de curso de 80 horas e elaboração de Plano de Negócio a ser implantado com financiamento do FAT (R\$100 milhões), ao final do curso.

Investimento do FAT na geração de empregos

O Governo Federal adotou um conjunto de medidas para criar novos postos de trabalho, entre as quais se destaca o impulso aos programas de geração de emprego e renda. Foram autorizados R\$8,2 bilhões de recursos do FAT, dos quais R\$5,7 bilhões foram liberados até o fim do exercício de 2003. A meta do programa Desenvolvimento Centrado na Geração de Emprego, Trabalho e Renda para 2003 (220 mil operações de crédito) foi superada: de janeiro a outubro foram realizadas 841 mil operações de crédito, alcançando um total de R\$4,9 bilhões. O volume de recursos empregados e o valor dos empréstimos cresceram 61% em relação ao mesmo período de 2002.

Entre as linhas de financiamento, cabe mencionar as principais oferecidas por meio dos agentes financeiros, até novembro de 2003: Proger-Urbano (R\$1.609 milhões); Proger-Rural (R\$186 milhões); Pronaf (R\$961 milhões); ProEmprego (R\$1.541 milhões); FAT-Habitação (R\$110 milhões) e FAT-Empreendedor Popular (R\$263 milhões). O Proger-Urbano foi o que mais cresceu em 2003, registrando um salto de 78%. Parte desse crescimento deve-se à reestruturação do programa, que financia investimento e capital de giro associado, para microempresas e pequenas empresas, cooperativas e profissionais liberais.

Investimento do FGTS para a geração de empregos

O Conselho Curador do FGTS aprovou para 2003 a aplicação de R\$4,5 bilhões, dos quais R\$2,7 bilhões destinados à habitação, R\$1,35 bilhão para saneamento e R\$450 milhões para outras operações. Na área de habitação, 93% foram repassados à Caixa Econômica Federal e, desses, 92,5% foram empréstimos ao público.

Em 2003, houve um recorde de arrecadação líquida do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS): R\$4,4 bilhões, 57,5% acima do obtido no ano anterior. A arrecadação bruta do FGTS em 2003 foi 9,5% maior que em 2002, atingindo R\$24,5 bilhões. O fundo proporcionou uma movimentação de R\$33 bilhões na economia em 2003.

PLANO NACIONAL DE QUALIFICAÇÃO (PNQ)

O PNQ tem por finalidade aperfeiçoar a qualificação profissional do trabalhador. O novo plano foi iniciado com um padrão ético diferenciado, dentro das recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) e da Controladoria-Geral da União (CGU). Os convênios passaram a ser celebrados respeitando regras rígidas de monitoramento. O objetivo central é desenvolver ações de qualificação profissional articuladas com a elevação da escolaridade e com as demais políticas públicas de geração de emprego, trabalho e renda. A partir de 2003 passou a ser exigida carga horária mínima de 40 horas e média de 120 horas. Em 2004 a carga horária média deverá ser de 200 horas.

Todos os estados e muitas organizações, inclusive consórcios municipais, apresentaram seus Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) ou Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs). Os municípios, antes excluídos, passaram a ser atores importantes no processo de qualificação e na sua articulação com o desenvolvimento local.

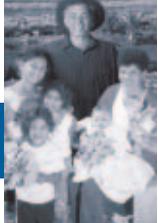
Economia Solidária

A criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes) incorpora definitivamente a economia solidária entre as dimensões de um modelo de desenvolvimento, que tem no bojo um novo conceito do mundo do trabalho, com a universalização dos direitos trabalhistas. Uma interlocução democrática e qualificada foi estabelecida com setores da sociedade excluídos e de baixa representatividade na definição de políticas públicas: desempregados, autônomos, pequenos produtores rurais e urbanos, trabalhadores informais e redes de economia solidária.

Foi instalado o Fórum Nacional de Economia Solidária, que, juntamente com os Fóruns Estaduais, vem dando voz aos segmentos sociais não representados nos demais grupos do Fórum Nacional do Trabalho e levantando o debate sobre a extensão dos direitos a todos os trabalhadores.

Cooperativismo

A ampliação e democratização do acesso ao crédito e a outros produtos financeiros foi fortalecida pela criação das cooperativas de crédito de livre admissão, com regras prudenciais que fortalecem o papel das cooperativas centrais e permitem a extensão do atendimento pelas cooperativas de crédito a amplos segmentos da população.



Na área das cooperativas agrícolas, a ênfase das ações recaiu sobre a profissionalização da gestão na formação de redes de negócios. O investimento foi de R\$5,6 milhões, com a realização de 723 eventos, envolvendo 250 cooperativas e 92,5 mil beneficiários diretos.

Proteção ao Trabalhador

O programa Segurança e Saúde do Trabalhador conta com as ações integradas do Departamento de Segurança e Saúde do Trabalhador (DSST) e da Fundação Jorge Duprat Figueiredo para Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO). Além dos exames laboratoriais e ensaios em equipamentos de proteção individual, estão sendo desenvolvidos estudos sobre exposição a produtos nocivos à saúde do trabalhador, como cancerígenos e agrotóxicos e sobre prevenção de acidentes na pesca artesanal e industrial.

A Fundacentro ampliou o conceito de saúde e segurança no trabalho quanto à questão do meio ambiente e convocou os sindicatos de empresários e de trabalhadores, as universidades, o Ministério Público, o Poder Judiciário e demais segmentos envolvidos para participar de suas decisões, ampliando o controle social dos serviços prestados e oxigenando os trabalhos que agora poderão ser mais bem direcionados e otimizados.

Ao considerar a questão do meio ambiente entre suas atividades, a entidade assumiu que a proteção dos recursos naturais requer processos sustentáveis de trabalho, o que passa necessariamente pela segurança e saúde do trabalhador.

Em 2004, prevê-se que o nível de emprego e a renda real do trabalhador deverão apresentar uma recuperação, com a previsão de crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB) e a expectativa de uma inflação baixa.

A renda real será beneficiada devido aos reajustes salariais acordados no final de 2003, maiores que as projeções de inflação de 2004. Com isso, a taxa de desemprego deverá cair. Esse movimento ocorre devido à procura por emprego feita por membros que não são o chefe de família, como filhos estudantes, o que deve diminuir com a recomposição da renda. É fundamental, nesse contexto, estabelecer um processo de discussão e definição da política de recomposição do valor real do salário mínimo, que valide a relevância estratégica desta remuneração para a geração de trabalho e renda e tenha um cronograma coerente com os impactos fiscais da iniciativa. Isso garantirá o aumento da renda entre segmentos mais pobres da população e a dinamização do consumo de bens populares, ao lado de outros mecanismos de geração de emprego.

A partir deste ano, o Sistema Nacional de Emprego (SINE) receberá 15% dos recursos com base no princípio da focalização no atendimento aos grupos vulneráveis, como jovens, mulheres e afrodescendentes.

O Programa Primeiro Emprego atenderá a mais de 200 mil jovens no seu primeiro ano de funcionamento. A adesão de empregadores e o apoio recebido de parceiros institucionais demonstram que a inclusão social dos jovens pela via do trabalho é o caminho para a nossa sociedade. Ainda no início de 2004, serão inaugurados os Consórcios Sociais da Juventude na região do ABC Paulista, Rio de Janeiro, Fortaleza, Salvador, Belo Horizonte e respectivas regiões metropolitanas.

No sentido de democratizar as relações de trabalho, o Fórum Nacional do Trabalho encaminhará à Presidência propostas para reforma da legislação sindical e trabalhista brasileira.

O Ministério do Trabalho e Emprego buscará fortalecer e divulgar ações de economia solidária, levando ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) a idéia de linha de crédito para o fomento da economia solidária.

Outro objetivo relevante é ampliar a cobertura e a efetividade das ações para assegurar proteção aos trabalhadores (segurança e saúde no trabalho) e garantia dos direitos trabalhistas (combate ao trabalho infantil e à discriminação no trabalho, erradicação do trabalho escravo, redução da informalidade). Para 2004, no planejamento da fiscalização, o combate à informalidade é prioridade, especialmente no meio rural. A meta estabelecida é registrar, sob ação fiscal, 579.199 trabalhadores.

O estímulo ao desenvolvimento centrado na geração de emprego, trabalho e renda, por meio do aprimoramento dos mecanismos de aplicação dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), será uma das grandes realizações de 2004. Para tanto, o MTE deverá: estabelecer novas linhas de crédito; articular com outros ministérios a elaboração e implementação de linhas especiais de crédito com recursos do FAT. Como exemplos desta modalidade pode-se mencionar a linha de crédito Proger Jovem Empreendedor, para jovens beneficiados pelo Programa Primeiro Emprego e capacitados pelo Sebrae, e a linha de crédito para pescadores artesanais e cooperativas de pescadores, desenhada em conjunto com a Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca.



Coordenação de ações para a geração de trabalho e renda

As ações de cada ministério contribuem para a geração de emprego, trabalho e renda. Articuladas intersetorialmente, elas podem ser ainda mais efetivas no desenvolvimento do mercado de trabalho. A coordenação deverá gerar sinergia para acentuar os impactos dos gastos e investimentos públicos sobre o nível de emprego e renda, induzindo as inversões desejadas e evitando a fragmentação de políticas. Para que essa coordenação se efetive, os ministérios devem identificar, entre suas ações prioritárias com maior potencial de geração de emprego e renda, aquelas que, implementadas de forma coordenada, poderiam atingir suas metas em prazo mais curto.

Reforma sindical e trabalhista

Durante o ano de 2003, o Ministério do Trabalho e Emprego instalou e coordenou as atividades do Fórum Nacional do Trabalho (FNT), concebido com o objetivo de promover o diálogo e a negociação sobre a reforma sindical e trabalhista.

Nos 27 estados ocorreram Conferências Estaduais do Trabalho, com o objetivo de promover um debate mais amplo sobre a reforma sindical e trabalhista. Participaram 9.715 pessoas, dentre representantes de trabalhadores, empregadores, entidades da área trabalhista e outros setores. Os eventos preparatórios envolveram mais de 20 mil pessoas.

Também foi instalada a Comissão Nacional de Direito e Relações do Trabalho (CNDRT), reunindo 35 especialistas e profissionais ligados a entidades da área trabalhista. A CNDRT foi concebida como um canal de consulta a juristas, operadores do direito e representantes de entidades da área de relações do trabalho.

A primeira rodada de negociações do Fórum sobre a Reforma Sindical já está concluída. Os consensos alcançados servirão de base para a elaboração de um anteprojeto da Reforma Sindical a ser encaminhado ao Congresso Nacional em 2004.

Entre os consensos já estabelecidos, destaca-se: o reconhecimento jurídico das centrais sindicais, admitindo o surgimento de um novo padrão para as relações de trabalho no País e a possibilidade de organização dos trabalhadores e empregadores, de maneira diferenciada, sem a obrigação de obedecer ao atual sistema confederativo.

Outro princípio que deve figurar na nova legislação é a adoção de mecanismos de conciliação, mediação e arbitragem, sobretudo para resolver conflitos surgidos na esfera da negociação coletiva, de natureza econômica.

Alguns consensos bilaterais também foram firmados. Eles dizem respeito ao poder normativo da Justiça do Trabalho, ao direito de greve, à representação dos trabalhadores nos locais de trabalho, à proteção contra práticas anti-sindicais e ao novo modelo de organização sindical.

9. PESQUISA

Realizações dos Fundos Setoriais

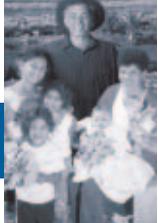
A gestão dos Fundos Setoriais foi reformulada. Dos recursos disponibilizados na Lei Orçamentária de 2003 para os Fundos Setoriais, da ordem de R\$659 milhões, a parcela de R\$445 milhões refere-se a compromissos assumidos até 2003. Restam R\$214 milhões, que estão sendo destinados a novos projetos, por meio de 76 editais já lançados pelo CNPq e pela Finep. Entre as áreas contempladas vale lembrar a segurança alimentar, *software* livre, semicondutores e biodiesel, rede de laboratórios de DNA forense e uma rede de laboratórios de microscopia eletrônica aplicada à balística forense, em apoio científico às Polícias Técnicas Estaduais, sustentabilidade do semi-árido.

O MCT, por meio do CNPq, também está incentivando pesquisas na área de segurança alimentar, com bolsas de estudos, equipamentos e materiais de custeio. Esta é a primeira vez que o Governo Federal incentiva pesquisas de combate à fome. Inscreveram-se 289 projetos. Os pesquisadores desenvolverão tecnologias e métodos de educação alimentar e controle de substâncias antinutricionais. Ainda serão avaliados hábitos alimentares e as necessidades funcionais de cada etnia, visando ao gênero, idade, renda e territórios.

O Pronex, programa que financia a melhoria das condições físicas e laboratoriais dos núcleos de excelência existentes no País, foi reformulado, passando a ser desenvolvido em parceria com as Fundações de Apoio à Pesquisa Estaduais. Após a reformulação, o Pronex selecionou 89 projetos, com investimentos de R\$25 milhões.

Reformulação da gestão da Finep

O MCT realizou o saneamento financeiro e estancou o processo de descapitalização da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP). A atual gestão trouxe a visão do cliente para dentro da Finep. Em



janeiro de 2003 havia R\$161,2 milhões de inadimplência. Até outubro de 2003 a inadimplência foi reduzida em 22%. Além disso, o MCT estabeleceu parceria com o BNDES para financiar com capital de risco a criação de microempresas e pequenas empresas de base tecnológica.

Reativação do Programa Aeroespacial Brasileiro

Desenvolvido em níveis redobrados de eficiência e segurança. Para tanto, além da previsão de recursos para o desenvolvimento, em 2004, de novas tecnologias associadas a veículos lançadores e para a reconstrução da torre móvel de lançamento no Centro de Lançamentos de Alcântara, foi buscada a cooperação internacional, caracterizada pelo apoio oferecido por técnicos da Rússia às investigações do acidente e pelo intercâmbio subsequente, que poderá tornar aquele País parceiro estratégico no prosseguimento do projeto. Da mesma forma, cooperação técnica para o lançamento de foguetes no Centro de Lançamentos de Alcântara, como é o caso do acordo já firmado com a Ucrânia, prevendo o lançamento de foguetes da série Cyclone, em muito contribuirá para a nova fase do desenvolvimento da infra-estrutura aeroespacial do País. O Programa Nacional de Atividades Espaciais- PNAE, em 2003, lançou, com sucesso, o satélite CBERS 2, em outubro, na China. Deverá propiciar um novo grau de autonomia para o Brasil, além de favorecer países da América do Sul e da África;

Tecnologia Nuclear

O Brasil, um dos maiores produtores de urânio do mundo, em breve não precisará mais exportá-lo *in natura* para importá-lo enriquecido. As Indústrias Nucleares do Brasil (INB) são a empresa responsável pela fabricação e montagem dos elementos combustíveis para as usinas nucleares brasileiras. O Programa Nuclear tem obtido avanços significativos, principalmente quanto às aplicações nucleares na área médica. Esse processo avançou com a inauguração, em 2003, das instalações no Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (IPEN) para produção industrial de quatro diferentes radiofármacos. São substâncias usadas no diagnóstico e tratamento de doenças, principalmente em cardiologia e oncologia. O IPEN é o único fornecedor desse tipo de material radioativo, usado em mais de 300 hospitais e clínicas, com atendimento a mais de dois milhões de pessoas em todo o País, anualmente.

Implantação de Centros Vocacionais Tecnológicos (CVTs)

Os centros visam a criar oportunidade de qualificação profissional e geração de renda, agregando inovação aos processos produtivos locais. Já foram assinados convênios no valor de

R\$500 mil cada, com estados do Nordeste, com o Espírito Santo e Minas Gerais para a implantação de um CVT em cada uma dessas unidades da Federação. São interligados por Infovias para Difusão e Desenvolvimento Tecnológico, além de dispor de salas de videoconferência, laboratórios de física, química, biologia, análise de solos, eletromecânica, informática, biblioteca multimídia, visando a qualificar jovens tecnicamente.

Revitalização de quatro redes de pesquisa em nanociência e nanotecnologia

As 4 redes de nanotecnologia existentes foram avaliadas por um Comitê de Avaliação Internacional e receberam recursos de R\$5 milhões para continuidade de suas pesquisas. O fortalecimento dessa área se reflete na sua inclusão nos Editais do CT-Petro, CT-Energ e CT-FVA, lançados em 2003.

Implantação da Rede Brasil de Tecnologia

Em julho, por meio do Decreto nº 4.776, foi criada a Rede Brasil de Tecnologia (RBT), com o objetivo de promover a articulação institucional do Governo Federal de modo a propiciar a interação eficiente entre a administração pública, a universidade brasileira, as empresas e os agentes financeiros, para o desenvolvimento tecnológico dos setores produtivos locais. A RBT tem como diretrizes gerais estimular o desenvolvimento de redes de tecnologia a aproximar as empresas dos centros de pesquisa locais e das agências de fomento visando ao desenvolvimento tecnológico, articular a formação de grupos de trabalho entre empresas e centros de pesquisa e desenvolver projetos tecnológicos articulados que promovam a substituição competitiva das importações de bens e serviços em setores estratégicos.

Apesar de recente, a Rede já conta em seu banco de dados com mais de 500 instituições cadastradas (empresas e universidades) interessadas no financiamento à inovação, que em 2003 priorizou as empresas que deverão produzir equipamentos atualmente importados, contribuindo para a substituição de importações na área de petróleo, gás natural, energias renováveis e mineração, em cooperação com a Petrobras, a Eletrobrás e o Ministério de Minas e Energia. Os R\$10 milhões investidos em 2003, que resultaram na inscrição de 63 projetos, sofrerão aumento significativo em 2003, quando a Rede será, também, ampliada para a agregação de valor aos produtos do agronegócio.



Aumento do Número de Bolsas

Uma das primeiras medidas do governo foi elevar o número de bolsas em 10%. Foram criadas novas modalidades de bolsa como a de iniciação científica júnior (3.320 bolsas), além de terem sido concedidas 4.763 bolsas-prêmio para os pesquisadores do CNPq até outubro do ano passado. Outro incentivo à pesquisa foi o restabelecimento das taxas de bancadas para mais de 6 mil pesquisadores e das taxas escolares para cursos de excelente nível oferecidos por entidades privadas. O número de bolsas de Desenvolvimento Científico Regional, exclusivas para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste, foi duplicado. Nesse mesmo sentido, o CNPq criou, para ser implementadas em 2004, duas modalidades de bolsas para doutorandos desenvolverem projetos de interesse de empresas. São também os primeiros passos para atingir a meta de formar 10 mil doutores por ano, até 2006 – um aumento de quase 70%. Com essas bolsas, o MCT está incentivando o desenvolvimento de pesquisas em áreas prioritárias como biotecnologia, nanotecnologia, tecnologia da informação e comunicação, estudos espaciais e nucleares. De outra parte, houve a correção no valor das bolsas concedidas aos pós-graduandos residentes nos países membros da Comunidade Européia e Reino Unido. Os estudantes passaram a receber 1.100 Euros e 769 Libras, respectivamente. O CNPq reajustará em 2004 os valores das bolsas de mestrado e doutorado – o que não acontece há dez anos

Ciência de Todos nas Escolas de Ensino Médio

O objetivo é melhorar a qualidade do ensino das ciências nas escolas públicas de ensino médio, por meio da capacitação de professores e implantar estrutura de laboratórios de suporte. Deverá, ainda, estimular práticas científicas baseadas em experimentos construídos pelos próprios docentes e alunos, na perspectiva do contexto social, econômico e cultural de cada região. O investimento realizado é de R\$11,5 milhões, com benefícios para aproximadamente 600 mil alunos da rede pública em todo o País. O projeto foi elaborado envolvendo a parceria do MCT com o MEC.

Implantação do Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (CEITEC)

A construção do Centro de Excelência em Tecnologia Avançada (CEITEC), no Rio Grande do Sul, para a produção de microeletrônica, é passo importante para a substituição seletiva e competitiva de importações, numa área de grande déficit da balança comercial. Numa cooperação com o Governo do Rio Grande do Sul e a Prefeitura de Porto Alegre, foram repassados cerca de R\$6 milhões para a sua construção. A partir de 2005, funcionará como um

centro multiusuário, capaz de oferecer serviços de projeto, prototipagem, fabricação e teste de circuitos integrados e sistemas *on-chip* para equipamentos de informática, telecomunicações, automação, eletrônica embarcada e de consumo.

Instituto Internacional de Neurociências

As neurociências constituem uma das áreas de maior crescimento no mundo. A pesquisa na área cria alternativas para a recuperação de funções do cérebro e de motricidade em casos de lesão (como de pacientes tetraplégicos) ou degeneração do sistema nervoso central (Mal de Parkson, Mal de Alzheimer). O Instituto deverá ter de 10 a 15 laboratórios e conta com recursos de R\$1,0 milhão repassados, em 2003, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, devendo atingir R\$2,5 milhões, com a participação da Finep.

Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia

Após mais de dois anos de inatividade, tomou-se a iniciativa de reinstalar o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia, com o objetivo de propiciar à comunidade científica o espaço para uma efetiva participação no desenho do modelo de CT&I do País. A estrutura desse Conselho foi ampliada, incorporando representantes da comunidade acadêmica.

Biossegurança

A biotecnologia tem se destacado como um setor de importância crescente no mundo e no Brasil. Sendo a informação e o conhecimento insumos atualmente imprescindíveis para o aumento da competitividade e a agregação de valor nos diversos setores da economia, os avanços da engenharia genética têm tido papel relevante no aumento das exportações brasileiras, por meio dos ganhos de produtividade e qualidade proporcionados pelo agronegócio.

Ações realizadas pela Embrapa colocam o País na vanguarda da pesquisa genética, tendo sido produzido, em 2003, o primeiro bovino clonado pela empresa. Participante ativa da elaboração da Lei de Biossegurança, a empresa está implantando, com o apoio financeiro da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) procedimentos para avaliação da segurança ambiental e da saúde alimentar. Além de gerar tecnologias envolvendo a produção de variedades geneticamente modificadas, a empresa tratará de compor métodos, protocolos e roteiros para cuidar da identificação e caracterização dos possíveis efeitos negativos dos organismos transgênicos à saúde humana e ao meio ambiente, em observância ao princípio da precaução, um compromisso do governo.



Dado à importância do tema, o Governo Federal editou, em fevereiro deste ano, o Decreto nº 4.602, criando um Grupo Interministerial para: a) avaliar e apresentar propostas para tornar efetiva a ação governamental; b) harmonizar a legislação que trata das competências dos órgãos e entidades federais; e c) tratar de outros temas relacionados à biossegurança e à manipulação e uso de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs). Como resultados, destacam-se: (i) apresentação de solução para a comercialização da soja plantada ilegalmente no País, por meio da MP nº 113, convertida na Lei nº 10.688/2003; (ii) regulamentação (MP nº 131/03), em caráter excepcional, do plantio da safra de 2003 da soja geneticamente modificada, porém, incluindo salvaguardas ambientais no que se refere às áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, mananciais hídricos, entorno de áreas de conservação e áreas indígenas; e (iii) elaboração do Projeto de Lei nº 2.401/03, que estabelece normas de segurança e mecanismos de fiscalização de atividades que envolvam OGMs e seus derivados, cria o Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS), reestrutura a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e dispõe sobre a política nacional de biossegurança.

Produção de vacinas

O MCT firmou convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a retomada da construção da fábrica de vacinas contra tuberculose da Fundação Atauilho de Paiva, com recursos da ordem de R\$6,6 milhões. Devido, em grande parte, à exclusão social, observa-se o retorno da tuberculose como enfermidade endêmica no Brasil, com a ocorrência de 100 mil novos casos por ano. Com a fábrica em operação, o Brasil será o segundo maior produtor mundial de BCG (60 milhões de doses por ano). O País consome 15 milhões de doses, o que permitirá que parte da produção possa ser exportada.

Perspectivas para 2004

As principais ações em 2004 estarão concentradas em cinco grandes objetivos: consolidar a gestão participativa; realizar a inclusão social, com redução das desigualdades regionais; dar ênfase à inovação voltada à substituição competitiva de importações; ampliar a formação de pesquisadores em áreas estratégicas, articulando a cooperação entre universidades e empresas; intensificar a cooperação internacional para desenvolvimento de C&T.

Assim, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia deverá se consolidar como o principal órgão formulador da política de P&D. Sua concretização, no entanto, será em parceria com os

ministérios, o Fórum Nacional de Secretários Estaduais de Ciência e Tecnologia, as fundações de amparo à pesquisa, as organizações científicas governamentais e não-governamentais e as que representam o setor empresarial. Nesse sentido, serão realizadas conferências regionais de ciência e tecnologia, que culminarão em uma grande conferência nacional.

A região Nordeste, Norte e Centro-Oeste receberão um tratamento especial, sem prejuízo algum ao desenvolvimento da Ciência e da Tecnologia, no Sudeste e no Sul. Ao contrário, os centros de excelência dessas regiões deverão contribuir para a construção de um sistema mais equilibrado e forte de Ciência e Tecnologia em todo o País.

Na área de pesquisas, o Banco da Amazônia (BASA) deverá contribuir com recursos próprios no valor de R\$5 milhões, voltados para o apoio de projetos focados em estudos de cadeia produtiva na Amazônia, trabalhando em parceria com as universidades e centros de pesquisa da região.

O Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNDECI) dá suporte às atividades de pesquisa de universidades e centros tecnológicos nordestinos e conta com recursos da ordem de R\$5 milhões anuais.

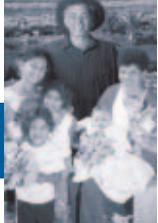
Em 2004, além de projetos de pesquisa, serão também contemplados projetos de difusão de tecnologias e ações no âmbito do Instituto Nacional do Semi-Árido que, dentre outras ações, coordenará a Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), para o qual o Banco do Nordeste e o MCT aportarão recursos da ordem de R\$2,7 milhões.

Serão empreendidos esforços no sentido de ampliar a formação de cientistas, incentivar as áreas portadoras de futuro e aproximar a infra-estrutura de pesquisa das empresas, agregando valor aos produtos e serviços.

Esse trabalho interno se completará com o fortalecimento da cooperação internacional, principalmente na América do Sul, na África e com países emergentes, visando a fortalecer um movimento mundial em favor da paz e da democratização do acesso ao conhecimento.

Pesquisa e desenvolvimento em Telecomunicações

A transição e a convergência tecnológica, o apoio à tecnologia nacional, bem como a universalização e a busca de soluções de baixo custo acessíveis às classes de baixa renda



foram importantes diretrizes que orientaram as ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento no Ministério das Comunicações. Essas diretrizes foram formalmente instituídas por intermédio do Decreto nº 4.733, de 10/07/2003, que estabeleceu novas políticas públicas de telecomunicações.

A fim de atender às necessidades da população e ampliar a presença da tecnologia nacional no setor, o Ministério das Comunicações, por intermédio da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Fundação CPqD1 e utilizando recursos do Funttel, tem como metas para 2004 prioritariamente, os seguintes projetos:

- Tecnologias de baixo custo para serviços de telecomunicações;
- Telecomunicações e seus impactos na saúde e meio ambiente;
- Comunicação para deficientes;
- Modelo de informação e sistemas de informações geográficas para políticas públicas de telecomunicações;
- Sistema Brasileiro de Televisão Digital (SBTVD);
- Rede experimental de alta velocidade (GIGA);
- Segurança em informação e comunicação;
- Segurança da Rede Nacional de Telecomunicações;
- Desenvolvimento e projeto do Satélite Geoestacionário Brasileiro – SGB-1 e SGB-2

10. TURISMO

Plano Nacional do Turismo

O plano teve como pressupostos básicos na sua elaboração a ética e a sustentabilidade e, como princípios orientadores, a redução das desigualdades regionais e sociais, a geração e distribuição de renda, criação de empregos e ocupação e o equilíbrio do Balanço de Pagamentos.

O dispositivo traduz uma concepção de desenvolvimento que, além do crescimento econômico, busca a desconcentração de renda por meio da regionalização, interiorização e segmentação da atividade turística, embasado num modelo de gestão descentralizado e participativo, que busca construir e estabelecer um sistema permanente de comunicação com as necessidades advindas das regiões, municípios e destinos turísticos.

Implementação de gestão democrática e participativa

O caráter democrático e participativo do Plano Nacional do Turismo teve seguimento prático no modelo de gestão implantado em 2003. Foi definido e constituído o núcleo estratégico da ação do MTur, que se assentou no tripé formado pelo Conselho Nacional de Turismo, fórum de secretários e dirigentes estaduais de turismo e os fóruns estaduais de turismo.

O Conselho Nacional de Turismo foi ampliado em 2003 e conta, na sua composição, com a participação de 53 representantes do governo e da sociedade civil. No âmbito do Conselho, foram criadas oito câmaras temáticas para aprofundar o debate em temas específicos: financiamento e investimento; infra-estrutura; legislação; qualificação profissional; qualificação da superestrutura; promoção e comercialização; regionalização e segmentação.

O fórum de secretários e dirigentes estaduais foi reconhecido e valorizado dentro do sistema de gestão nacional, integrando o núcleo estratégico de implementação da política nacional do turismo.

Os fóruns estaduais de turismo constituem instrumento fundamental de descentralização e de regionalização das ações, reproduzindo o modelo do Conselho Nacional de Turismo com representação do poder público municipal, estadual e da sociedade civil – iniciativa privada e ONGs. Em 2003, foram instaladas todas as 27 representações estaduais. O esforço de mobilização dos estados na constituição dos fóruns ou conselhos estaduais.

Criação e ajuste de linhas de financiamento, desconto e crédito

O MTur estabeleceu diversas parcerias com outros órgãos do Governo Federal e instituições financeiras oficiais com vistas ao financiamento das atividades do setor, bem como da infra-estrutura: Ministério do Trabalho e Emprego e Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (CODEFAT) viabilizaram linha de crédito no total de R\$200 milhões; Ministério da Integração Nacional vai possibilitar a aplicação de 12% dos recursos (R\$700 milhões) dos fundos constitucionais (FCO, FNE e FNO) no desenvolvimento da cadeia produtiva do turismo;



e BNDES no atendimento de empresas de qualquer porte, nacionais ou estrangeiras, com financiamentos de R\$490 milhões.

Além disso, foi lançado programa de crédito para estimular o turismo interno, tornando as viagens a passeio acessíveis para a maioria dos trabalhadores. O benefício será concedido pela Caixa Econômica Federal, que destinará R\$400 milhões para o programa. A proposta é que as pessoas possam comprar pacotes de viagens em prestações de até 12 vezes, com juros mensais entre 1,8 e 1,9%, a ser oferecidos pelas agências de turismo.

Formulação do Projeto Regionalização do Turismo

Elemento central da Política Nacional do Turismo e referência para todas as ações do MTur, o projeto Regionalização do Turismo, em estreita articulação com a iniciativa privada, fundamenta-se na construção coletiva de um planejamento territorial turístico para o Brasil, pela constituição de roteiros integrados, articulando os municípios em uma escala regional.

O projeto foi totalmente elaborado em 2003, a partir de uma intensa mobilização que envolveu: levantamento dos principais produtos turísticos brasileiros e da situação da atividade turística nos municípios brasileiros; reunião com as 27 capitais brasileiras para participação e engajamento no projeto Roteiros Integrados.

Para dar suporte a estas ações, bem como para o acompanhamento e avaliação da implementação da política de turismo foi realizado acordo com o IBGE para implementação da metodologia das contas satélites, recomendada pela Organização Mundial do Turismo (OMT), que, juntamente com outros estudos, viabiliza a montagem de um sistema nacional de informação turística.

Capacitação profissional e qualificação do produto turístico

Diversas ações vêm sendo realizadas no campo da capacitação e qualificação profissional, de modo a mais bem posicionar o produto turístico para a sua inserção mercadológica, valorizando um sentido de brasilidade inerente. Aqui se inserem ações relativas à normatização da atividade e avaliação da qualidade e certificação, bem como a fiscalização dos serviços turísticos, por uma atuação descentralizada em parceria com os órgãos de turismo estaduais.

De caráter inédito e inovador, o Ministério do Turismo, em parceria com outros três ministérios e o setor privado, está apoiando o desenvolvimento da certificação em turismo sustentável. Estas normas devem servir de balizador para o planejamento da sustentabilidade dos empreendimentos turísticos, como estratégia de diferenciação e agregação de valor ao produto turístico brasileiro.

Promoção, Marketing e Apoio à Comercialização

O Instituto Brasileiro de Turismo (EMBRATUR) foi redirecionado para que seu foco seja, exclusivamente, no mercado internacional, sendo responsável pela promoção, *marketing* e suporte à comercialização do destino Brasil. Um dos primeiros resultados dessa nova fase foi o estabelecimento de uma inovadora agenda de promoção comercial do turismo, dobrando as ações nesse setor de 15 para 30 eventos internacionais, os quais envolveram 381 empresas privadas e órgãos oficiais de turismo, atingindo 4.723 agentes de viagens e operadores de turismo com um público geral nos estandes de 118.765 pessoas.

A atuação da Embratur provocou aumento expressivo no desembarque de passageiros no Brasil. De fato, constatou-se aumento de 12,6% no desembarque em vôos internacionais e de 35,7% nos desembarques em vôos não-regulares (*charters*).

Fórum Mundial de Turismo

O Brasil assinou memorando de entendimento com a OMT, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), e com o Programa das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) para promover e sediar, de 2004 a 2006, o Fórum Mundial de Turismo para a Paz e o Desenvolvimento Sustentável, como também o Movimento Brasil de Turismo e Cultura. Com esta iniciativa, o País coloca em discussão o vínculo do turismo, como atividade econômica, com a promoção da diversidade cultural, a preservação da biodiversidade, o desenvolvimento econômico-social e as condições para a paz no mundo, com um impacto positivo na imagem internacional do Brasil como destino turístico de qualidade.

As metas do Ministério do Turismo para 2004 objetivam atingir um número de desembarques internacionais de 4,9 a 5,3 milhões de turistas estrangeiros e gerar uma receita cambial que deve variar de US\$4 bilhões a US\$4,2 bilhões em divisas, com geração de 180 a 220 mil postos de trabalho.



Até março deste ano, serão definidos os 108 pólos turísticos prioritários onde se concentrarão as ações definidas em três eixos básicos: desenvolvimento da infra-estrutura, qualificação dos serviços e empreendimentos turísticos e a promoção do Destino Brasil. Será desenhado, com isso, o mapa do desenvolvimento turístico brasileiro, com investimentos previstos de R\$220 milhões, acompanhados do fortalecimento da gestão estadual, regional e municipal e da ampliação da oferta de produtos turísticos, por meio da realização de 27 rodadas de negócios com pequenas e médias empresas do setor.

A Embratur irá ampliar as atividades de promoção, passando de 30 eventos internacionais para 57, com ação direcionada para os nove países da América do Sul. Outro passo importante será instalação de mais três escritórios brasileiros de turismo no exterior, perfazendo um total de nove, a fim de promover o destino Brasil na Europa e Estados Unidos.

No eixo de qualificação dos serviços e empreendimentos turísticos, o foco será dado no apoio à criação do sistema brasileiro de certificação em ocupações e competências em turismo e a definição do Instituto Nacional de Metrologia (INMETRO) como organismo acreditador desse sistema.

Os investimentos em infra-estrutura serão priorizados com recursos da ordem de R\$117 milhões, incluindo os investimentos destinados ao conjunto de programas para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura Turística – Prodetur NE II, Prodetur Sul e Prodetur JK.

11. DESENVOLVIMENTO REGIONAL

As desigualdades sociais têm uma dimensão regional e seu enfrentamento passa por uma nova política de desenvolvimento com atenção às regiões. A geografia do Brasil – com uma forte concentração das atividades econômicas e da população sobre uma pequena parcela do espaço – é uma geografia das desigualdades sociais e econômicas: vastos territórios vazios e pouco desenvolvidos, ao lado de outros que apresentam alta concentração de pobreza. Em ambos os casos são regiões com reduzida capacidade de competir com os territórios mais dinâmicos.

A consolidação da estratégia de crescimento sustentável com inclusão social pressupõe a substituição desse processo assimétrico de desenvolvimento, de conseqüências negativas para as áreas atrasadas, tanto quanto para as regiões prósperas. Estas últimas já sofrem com os problemas de deseconomias, resultantes da aglomeração urbana desordenada.

A geografia desejada para os próximos anos deve privilegiar o desenvolvimento solidário entre as diversas regiões do País, potencializando as vantagens da diversidade cultural, natural e social.

Em suma, a política regional não pode mais ser um problema de algumas regiões, mas uma questão nacional que promova a coesão territorial como expressão da coesão econômica e social do País.

A estratégia regional contempla em especial as potencialidades econômicas do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste e dá atenção diferenciada às zonas deprimidas, cuja integração à dinâmica de crescimento nacional é um dos desafios centrais para a desconcentração da renda.

O governo atuou em 2003 no sentido de redefinir os instrumentos tradicionais de estímulo ao desenvolvimento regional, enfrentando também os problemas emergenciais, como a seca no semi-árido nordestino e organizando os arranjos produtivos locais, num esforço de desconcentrar a base produtiva do País. Redefiniu também o modelo de intervenção das infra-estruturas inserindo-as dentro de um plano mais amplo, de desenvolvimento regional sustentável, capaz de assegurar ao mesmo tempo investimentos integrados e coerentes entre si na área social, econômica e ambiental.

Recriação de órgãos regionais de desenvolvimento

No primeiro ano de governo, foi dada a prioridade à elaboração de proposta de criação das novas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), da Amazônia (SUDAM) e do Centro-Oeste (SUDECO). O desenvolvimento das regiões, numa perspectiva nacional, não pode prescindir de reformulação dos atuais instrumentos de atuação: fundos constitucionais, incentivos e agências regionais.

A Sudene ressurgirá com a compreensão de que não basta fazer crescer a economia, é preciso encarar, em regime de emergência, a pobreza endêmica. Hoje há um Nordeste dividido: lugares com certo dinamismo econômico que contrastam com a miséria que se agrava especialmente de forma concentrada no semi-árido.

Novidade também é as medidas cautelares para prevenir a fraude nesse novo fundo de financiamento a ser criado, partilhando-se o risco com as instituições financeiras, obrigando-as a indenizar o fundo, qualquer que seja a imprudência. Outra proposta importante é a garantia da participação dos trabalhadores no resultado das empresas beneficiadas pelos



incentivos e financiamentos. Além disso, todos os empreendimentos têm de demonstrar sua sustentabilidade ambiental também antes de merecer a eleição para qualquer uma das ferramentas de apoio.

Com a mesma intenção, de reduzir as desigualdades inter-regionais e intra-regionais e combater a fraude, a proposta da nova Sudam tem o desafio de reconciliar o progresso e a natureza num cenário monumental: 1/3 da floresta tropical do planeta; 61% do território nacional; 21 milhões de brasileiros e brasileiras; quase 30% das formas possíveis de vida na Terra; e 6,5% da água disponível no planeta. Um elenco de riquezas minerais e imensa fonte de princípios ativos, de inestimável interesse para o presente e para o futuro da humanidade.

Já a idéia da Sudeco está em fase de preparação. Deverá ser criada como autarquia especial, dotada de flexibilidade administrativa e financeira. Para cumprir o seu papel, todas as superintendências regionais contarão com um conselho de desenvolvimento, do qual participarão governadores dos estados, representantes da sociedade civil e dos prefeitos das respectivas regiões.

Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste e o financiamento ao desenvolvimento dessas regiões

Os fundos constitucionais FNO, FNE e FCO aplicaram, de janeiro a setembro de 2003, em empreendimentos produtivos, cerca de R\$1,8 bilhão, podendo gerar cerca de 140 mil empregos diretos e indiretos. Até dezembro do corrente ano, espera-se atingir o montante de R\$3,5 bilhões em aplicações, com a expectativa de 300 mil colocações diretas e indiretas.

O FNE realizou 24.899 operações de crédito, com R\$1,02 bilhão. Os pequenos e médios produtores rurais e empresas receberam 48,2% do total aplicado pelo fundo.

Foram contratadas, com recursos do FCO, 10.918 operações, no montante de R\$742,3 milhões, proporcionando 31.848 empregos diretos e 54.438 empregos indiretos. Em setembro, o número de empréstimos para pequenos, miniempreendedoras e microempreendedores (7.698) superou pela primeira vez o quantitativo de médios e grandes empreendedores (3.220).

O FNO contratou, no exercício de 2003, 23.584 operações de crédito, no valor de R\$1.075 milhões. Dos contratos realizados, 89% foram firmados com miniprodutores e pequenos produtores rurais e empresas. O setor rural foi beneficiado com 22.800 financiamentos, no total

de R\$682,3 milhões, correspondentes a 63,5% dos recursos. Além desses financiamentos a Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) incentivou projetos, com o montante de R\$14 milhões, visando a incrementar as exportações da Amazônia; melhorar o acesso às comunidades isoladas; facilitar o escoamento de produtos e a assistência social à população local; e propiciar uma melhor logística para a atração de investimentos.

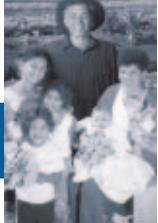
Tendo como base a previsão de dotação de recursos do FNO, estima-se alcançar, ao final do exercício de 2004, as seguintes metas: aplicação da ordem de R\$785,5 milhões; pulverização do crédito, de modo a incluir o maior número de beneficiários com previsão de atingir 32.900 novos projetos; e colaborar para o aumento no Valor Bruto da Produção em R\$1.045 milhões.

O Crediamigo, programa de microcrédito do BNB, é o maior dessa modalidade da América do Sul. Opera com empréstimos a taxas reduzidas para valores até R\$1,0 mil. A intenção é ampliar, em 2004, o acesso a produtos bancários para o público de baixa renda, com a abertura de conta corrente para os clientes do Crediamigo, facilitando a movimentação de recursos dos microempresários por meio de cartão magnético, com acesso a qualquer agência do BNB. O programa deve expandir sua atuação, com um aumento de volume de empréstimos em torno de 30%, cerca de R\$480 milhões, o que inclui a nova linha de microcrédito rural. Essa nova linha contemplará também atividades não-agrícolas no meio rural, priorizando o atendimento a municípios que não disponham de agências.

O BNB deverá ampliar suas operações de apoio à exportação, por meio da oferta de financiamento em condições diferenciadas para implantação e modernização de empresas exportadoras, bem como para a compra de insumos, no âmbito do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE). Outra linha que será ampliada de forma expressiva em 2004 será o financiamento às exportações, utilizando recursos externos captados no mercado internacional.

Instituto Nacional do Semi-Árido

A cidade de Campina Grande (PB) sediará o Instituto Nacional do Semi-Árido (INSA). O Instituto, criado por Medida Provisória, estará totalmente implantado num prazo máximo de dois anos. Além de organizar e difundir a produção científica brasileira sobre o semi-árido, o INSA terá a responsabilidade de propor programas e subsidiar políticas públicas que minimizem os problemas provocados pela seca, que castiga 22 milhões de pessoas em nove



estados nordestinos e parte de Minas Gerais. A preocupação maior é mudar a diretriz de trabalho, não mais tentando “acabar” com a seca, mas procurando criar tecnologias para conviver com ela e retirar riquezas da região. O INSA abriu edital para projetos de pesquisa da Rede Nordeste de Biotecnologia (RENORBIO), no âmbito do semi-árido brasileiro. O valor global do edital é de R\$12,7 milhões, parceria do MCT com o Banco do Nordeste. A parte do MCT corresponde a R\$7,7 milhões, até 2005.

Arranjos produtivos locais

Em dezembro de 2003, foi constituído o grupo de trabalho permanente sobre arranjos produtivos locais. A abordagem de arranjos produtivos locais é uma opção estratégica da política industrial brasileira pois tem a capacidade de conjugar as potencialidades locais ou regionais com os aspectos setoriais da organização da produção e de propiciar o aumento da competitividade da indústria brasileira.

A gestão desta iniciativa será compartilhada por 21 instituições: 10 ministérios e outros órgãos como a Agência de Promoção de Exportações (APEX-BRASIL), Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e o Banco do Nordeste.

A tarefa dá continuidade às estratégias dos Fóruns de Competitividade, com ênfase naqueles elos das cadeias produtivas que possuem forte concentração de microempresas, pequenas e médias empresas.

Consolidação do Plano Amazônia Sustentável (PAS)

O governo tem a convicção de que a única via eficaz e legítima para o desenvolvimento é o planejamento democrático de médio e longo prazo. A partir do Plano Plurianual 2004-2007 e de sua vertente regional, o Plano Amazônia Sustentável (PAS), que teve origem no compromisso firmado em maio, no encontro de Rio Branco reunindo o Presidente da República, governadores da região Norte e ministros, pretende-se restaurar a dimensão planejada do desenvolvimento regional no Brasil, por meio da cooperação entre o Ministério do Meio Ambiente e Integração Nacional.

Rede de Pesquisa nas Universidades da Amazônia

A criação da Rede de Grupos de Pesquisa da Amazônia, entre as universidades federais, é um dos instrumentos para desconcentrar conhecimentos e dinamizar a tecnologia na região. Um dos

objetivos é a criação de cursos de mestrado e doutorado, em parceria com instituições de excelência em pesquisa, como a USP. As áreas de estudo estão sendo definidas pelas universidades do Acre, Amapá, Roraima e Rondônia. O baixo índice de mestres e doutores nesta região, hoje pouco mais de mil titulados, é agravado pelo desnível intra-regional (enquanto o Amapá tem apenas sete doutores o Pará dispõe de mais de 200). Isso dificulta o processo de desenvolvimento sustentável da região. A produção científica da região Norte representa apenas 2% do total do País.

Implantação do Sistema Nacional de Alerta e Alarme

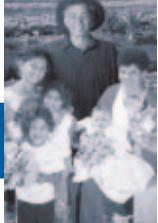
O Sistema Nacional de Alerta e Alarme visa à interligação do órgão central do Sistema Nacional de Defesa Civil (SINDEC) com os órgãos estaduais, municipais e do Distrito Federal, criando uma rede de informações que possibilite a antecipação de medidas preventivas, a emissão imediata de alertas, a tomada de decisão oportuna e a rápida mobilização de recursos para pronto atendimento emergencial, em todo o território, de forma a garantir a segurança da população.

Nova abordagem para obras de infra-estrutura de impacto regional

O Ministério da Integração Nacional está trabalhando na constituição do consórcio empresarial – produtores de soja do Mato Grosso e industriais da Zona Franca de Manaus –, que irá contrair financiamento junto a diversas fontes para executar a pavimentação da BR-163. Da mesma forma, será concluída em 2004 uma proposta de modelagem jurídico-financeira para a construção da Ferrovia Transnordestina.

Consolidação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional

Forte ênfase será dada à exploração dos potenciais de desenvolvimento que emergem da diversidade econômica, social, cultural e ambiental do País. A iniciativa congrega um conjunto de atividades de grande repercussão político-institucional, em especial para as áreas menos dinâmicas e com menores capacidades de geração de emprego e renda. Articulam-se a essa iniciativa os fundos constitucionais de financiamento, que têm por objetivos contribuir para o desenvolvimento econômico e social da região Norte, Nordeste e Centro-Oeste, mediante financiamento aos setores produtivos, atendendo aos respectivos planos regionais de desenvolvimento. Articulam-se, também, os novos fundos de desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, que precisam ser reformulados para mais bem contribuir aos empreendimentos estratégicos de infra-estrutura econômica. As políticas públicas ganham consistência com a



viabilização das instituições de desenvolvimento regional propostas pelo MI – Sudene, Sudam e Sudeco. Essas instituições têm papel importante na formulação e gestão dos planos estratégicos de desenvolvimento das macrorregiões e de áreas especiais, como o semi-árido, e na operação das iniciativas de âmbito subregional.

12. SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E RESPEITO AO MEIO AMBIENTE

Uma política de desenvolvimento sustentável depende do exercício intenso da transversalidade na atuação governamental. Implica interferir para que a variável ambiental seja considerada em todas as áreas importantes, para sua harmonização num modelo sustentável de desenvolvimento econômico e social.

O Ministério do Meio Ambiente deu prioridade ao desenvolvimento de agendas bilaterais com os demais ministérios. É o caso das iniciativas voltadas ao ordenamento territorial, à reforma agrária e à exploração florestal com o Ministério do Desenvolvimento Agrário ou a concepção do PAS e do novo padrão de acesso ao crédito na Amazônia, vinculado à responsabilidade ambiental, com o Ministério da Integração.

A decisão do governo de discutir uma nova abordagem para infra-estrutura, envolvendo os ministérios que têm interface com essa matéria, também deve ser destacada como uma inovação importante em 2003. Envolveu o Ministério de Minas e Energia, no âmbito do novo modelo energético, debruçando-se sobre aspectos que vão da definição de áreas para a exploração de petróleo em regiões sensíveis – como o arquipélago de Abrolhos – até o desenvolvimento de energias renováveis e a redefinição dos empreendimentos hidrelétricos na Amazônia. Com o Ministério dos Transportes, estão sendo discutidas as diretrizes para inserção da dimensão ambiental na definição da matriz nacional de transportes e no planejamento da expansão dos empreendimentos do setor.

Outras parcerias mostram a importância da construção de uma agenda positiva para a questão ambiental. A Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO), para além das suas atribuições, tem colaborado no combate ao tráfico de animais silvestres. Já a Embrapa, em parceria com o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) tem atuado no licenciamento para pesquisa com transgênicos, questões relativas à exploração do mogno, remessa de material genético, com fins de pesquisa, e combate ao desmatamento.

Amazônia é uma prioridade ambiental

Em 2003, o Programa Amazônia Sustentável recebeu R\$7 milhões do Programa Fome Zero, dos quais R\$3 milhões estão em fase de repasse às instituições, para execução de cerca de 40 projetos de caráter produtivo. No âmbito do Programa de Desenvolvimento do Extrativismo (PRODEX), foram aprovados cerca de 340 projetos em 2003, totalizando R\$1,4 milhão.

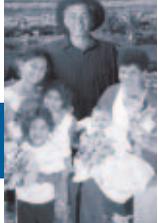
Combate ao desmatamento

Em 2003, um grupo de trabalho com representantes de 11 ministérios elaborou o Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Brasileira, encaminhando medidas de controle e de incentivo a atividades produtivas que privilegiem o desenvolvimento sustentável. Com a divulgação mensal, a partir de 2004, dos dados sobre o desmatamento na região será possível acelerar a fiscalização e dar ao Ibama e aos órgãos estaduais de meio ambiente instrumentos para a luta mais efetiva contra a destruição em curso. Em 2003, o governo concentrou seus esforços de fiscalização em uma área crítica que envolve 60 municípios no estado do Pará, Mato Grosso e Rondônia, no chamado Arco do Desflorestamento. É também sobre este eixo que será deflagrado, este ano, um conjunto de ações de combate ao desmatamento e incentivo às atividades produtivas sustentáveis.

Outra frente de atuação é o combate ao uso ilegal de terras públicas, procedendo a um rápido processo de regularização e destinação das terras públicas para uso econômico, segundo legislação vigente, e para a criação de unidades de conservação nas áreas críticas. Além disso, o Governo Federal quer atuar na mudança da lógica dos agentes financeiros locais (Basa, Banco do Brasil, CEF) que operam com fundos públicos, de modo a concentrar o financiamento em empreendimentos baseados no uso sustentável das florestas, recuperação e aproveitamento econômico das áreas já desmatadas.

Programa Nacional de Florestas

Em parceria com o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), foram executados, em 2003, 29 projetos, orientando e incentivando aproximadamente mil produtores rurais a desenvolver atividades na área de produção e coleta de sementes; reflorestamento com espécies nativas em áreas de preservação permanente; e implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs) em áreas de



reserva legal. Até o final do ano passado foram iniciados mais de 10 projetos. Para atender ao Pronaf Florestal, foram executados, ainda em parceria com o FNMA, 10 projetos de assistência técnica e extensão florestal em pequenas propriedades rurais na região de Mata Atlântica, área correspondente a 200 hectares, com empenho de R\$1,3 milhão.

O uso sustentável das florestas e expansão da base florestal plantada deverá merecer atenção especial, em 2004. A lógica de atuação é dar foco à pequena propriedade rural e à expansão da área florestal manejada, consorciada com a proteção de áreas de alto valor para conservação. Neste sentido, serão formuladas e implementadas políticas de desenvolvimento sustentável para comunidades tradicionais, visando à melhoria da qualidade de vida de seus integrantes, por meio do apoio financeiro e da assistência a empreendimentos produtivos e iniciativas de auto-organização associados à gestão ambiental. Mais de 50% das florestas brasileiras com potencial de produção estão em áreas públicas e hoje não existem mecanismos para regulamentar o acesso a esses recursos de maneira econômica e ambientalmente sustentável. Será enviado ao Congresso Nacional, para aprovação em 2004, o projeto de lei de gestão de florestas públicas. Em 2004, o Pronaf Florestal contará com pelo menos R\$70 milhões. Além disso, os 100 mil metros cúbicos de madeira, apreendidos em ações de fiscalização do Ibama, propiciarão a construção de 5 mil residências em assentamentos no estado do Pará. Trata-se de iniciativas importantes, sinalizadoras de uma política florestal que envolve os pequenos agricultores.

Ênfase é dada para a atividade de manejo florestal, por intermédio do FNO-Floresta (R\$41,4 milhões), em apoio a atividade em escala empresarial e comunitária, como forma de reduzir a taxa de desmatamento.

Regulamentação do manejo florestal do mogno

Por meio de decreto editado em junho, a exploração do mogno passou a ser condicionada à existência de planos de manejo sustentável. O decreto também proíbe, por cinco anos, a derrubada de árvores, inclusive nas áreas com autorização para desmatamentos. Dos mais de 64 mil metros cúbicos de mogno apreendidos nos últimos dois anos, 14 mil metros cúbicos foram beneficiados e o resultado utilizado para o financiamento de projetos que visam à proteção e ao uso sustentável da floresta amazônica. Quantidade equivalente de toras foi doada à Fundação Nacional do Índio (FUNAI).

Sustentabilidade ambiental dos assentamentos

O governo engajou-se, com o apoio do Ministério Público Federal, no equacionamento do passivo derivado da falta de licenciamento ambiental sobre cerca de 4.500 assentamentos implantados até hoje, como determina a resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) nº 289/2001. Já os novos modelos de assentamentos são centrados no desenvolvimento sustentável, em conformidade com as características dos biomas onde serão implantados e em respeito à cultura das populações.

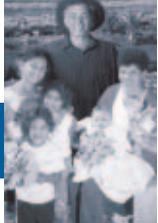
Incentivo a fontes alternativas de energia

Com o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA), o Brasil inaugura uma estratégia de desenvolvimento das fontes eólica, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. Para isso, dispomos de vantagens comparativas consideráveis, capazes de promover ganhos de escala, acelerar a aprendizagem tecnológica e garantir competitividade industrial no mercado interno e externo. Um projeto que utilize fonte limpa e sustentável tem mais condições de gerar benefícios técnicos, ambientais e socioeconômicos. Alterações na legislação que instituiu o Proinfa permitiram seu aperfeiçoamento e uma maior justiça federativa.

A chamada pública do Proinfa está prevista para o início de fevereiro deste ano, com a licitação de 3.300 (MW) de novas usinas eólicas, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas (PCHs), que deverão entrar em operação até o final de 2006. Hoje já existem mais de 5.000 (MW) de projetos autorizados pela Aneel e com Licença Ambiental de Instalação, para concorrer à primeira etapa do programa (1.100 (MW) para cada fonte). Os investimentos serão privados, de R\$8 bilhões, e promoverão a criação de 150 mil postos de trabalhos diretos e indiretos. Além dos benefícios ambientais, a chamada permitirá a diversificação da matriz energética brasileira.

Também houve avanços no desenvolvimento da bioeletricidade com a finalidade de estimular o uso do biodiesel, oriundo de óleos vegetais, na geração de energia elétrica, para sistemas isolados nas regiões Norte e Nordeste, assim como o aproveitamento do gás produzido a partir do lixo e esgotos em centros urbanos. Além da geração de energia a partir de fontes renováveis, a iniciativa pretende fortalecer a economia regional, gerando trabalho e renda para as famílias locais, e contribuir para a redução das emissões de gases de efeito estufa.

Com a criação da comissão executiva interministerial encarregada de implementar a produção de óleo vegetal como fonte alternativa de energia, o governo iniciou o processo para



implementação de uma política nacional para o biodiesel. A previsão é regulamentar o combustível de forma a permitir o uso e a comercialização até o primeiro semestre de 2004.

Áreas de preservação ambiental

O patrimônio natural do Brasil é um trunfo para as atuais e futuras gerações e a sua preservação depende da ampliação das áreas de proteção, como da sua efetiva manutenção. Foram criadas em 2003 a Reserva Biológica da Mata Escura (MG) e a Reserva Extrativista do Batoque (CE) e foi ampliada a Estação Ecológica do Taim (RS).

Recursos Hídricos

Iniciou-se a primeira experiência de cobrança pelo uso dos recursos hídricos na bacia do Rio Paraíba do Sul, dando seqüência ao processo de implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos em todo o País.

Água para a população do semi-árido é outra das iniciativas. Visa a aumentar a oferta e democratizar o acesso à água de boa qualidade para consumo humano, em especial à população de baixa renda residente em localidades difusas do semi-árido brasileiro. Ancora-se na implementação de projetos-piloto, para difusão de boas práticas e implementação de projetos de fornecimento de água por intermédio de sistemas simplificados de captação de água (cisternas). O programa água doce será um dos principais vetores desta proposta – as ações de promoção do acesso à água por parte da população do semi-árido brasileiro, por meio da construção de cisternas domiciliares. Foram implementadas 5.542 cisternas rurais.

Emergências ambientais

Diante da crescente demanda gerada por acidentes ambientais no País, em especial com produtos químicos perigosos, o Ministério do Meio Ambiente, em parceria com o ministério da Saúde, Transporte, Integração Nacional (defesa civil) e Trabalho e Emprego, bem como órgãos estaduais e municipais de meio ambiente, iniciou a implantação de um sistema integrado de preparação, prevenção e resposta rápida a acidentes com produtos químicos. Somente em 2003 foram atendidos 581 casos dessa natureza, reforçando a necessidade de ações de prevenção e redução de danos ao meio ambiente e à saúde humana. A parceria prevê a sistematização de informações, a capacitação de pessoal e o mapeamento de áreas de risco e instrumental.

Licenciamento ambiental na área de energia elétrica

Outra importante iniciativa é o licenciamento ambiental de hidroelétricas e termoeletricas, passíveis de licitação ou já licitadas. Frente à necessidade de expansão sustentável do setor elétrico, serão empreendidas iniciativas, envolvendo uma ação conjunta entre o MMA e o MME, de priorização para a avaliação e seleção do conjunto de empreendimentos considerados ambientalmente viáveis. Essa iniciativa se dá no contexto de transição entre o antigo e o novo modelo do setor elétrico, avaliando empreendimentos já licitados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) e outros a licitar, nas regras definidas pelo novo marco regulatório.

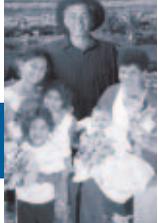
Um novo enfoque para a infra-estrutura: BR-163 Sustentável

Cabe destaque ainda a implementação de um projeto de desenvolvimento sustentável para a região de influência da BR-163, em 2004. Trata-se do planejamento e implementação de ações de ordenamento territorial, incluindo o Zoneamento Ecológico-Econômico, prevenção e mitigação de desflorestamento, fomento a atividades produtivas sustentáveis, monitoramento e controle ambiental e inclusão social nesta região. A iniciativa visa a consolidar uma nova forma de tratar os investimentos em infra-estrutura na região Norte. Neste sentido, o projeto é expressão das novas diretrizes do Plano de Amazônia Sustentável como do Plano de Ação de Prevenção e Combate ao Desmatamento.

Financiamento à sustentabilidade ambiental

O Banco do Nordeste do Brasil deverá aplicar, em 2004, recursos da ordem de R\$50 milhões do FNE em projetos da atividade produtiva privada que visem a mitigação de impactos ambientais, recuperação de passivo ambiental, produção orgânica, produção mais limpa, geração e distribuição de energia alternativa e ecomercados.

Como agente responsável pelo desenvolvimento regional e consciente da necessidade de manter a sustentabilidade dos ecossistemas da Amazônia, o Basa intensificará o suporte a iniciativas econômicas que incorporem a variável ambiental. Para 2004, programas de financiamento darão prioridade ao extrativismo, desenvolvimento florestal e turismo sustentável, cujo orçamento alcança R\$271,4 milhões.



13. ALTERNATIVA DE FINANCIAMENTO PARA INFRA-ESTRUTURA

Promoção de Projetos de Parcerias Público-Privadas

No atual ambiente de restrição fiscal, tornou-se necessário implementar mecanismos criativos e eficientes de promoção do desenvolvimento. Os projetos de Parceria Público-Privadas (PPP) são mecanismos inovadores que poderão superar as restrições fiscais de curto prazo, para a contratação de obras de infra-estrutura e de operação de serviços públicos; contribuem, assim, para o aumento da eficiência econômica e do bem-estar social, sem comprometer a consistência fiscal de longo prazo. Após consultas à sociedade civil, por meio de debates no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, o Projeto de Lei que viabiliza juridicamente as PPPs foi enviado ao Congresso Nacional em novembro de 2003.

Na mesma direção, e com o objetivo de proporcionar maior apoio à participação do setor privado no financiamento de projetos prioritários para o País, o governo iniciou a preparação de um manual de captação de recursos externos para o setor privado. Seu objetivo é disponibilizar, inclusive em meio eletrônico, informações relativas a procedimentos para a obtenção de empréstimos externos e às condições financeiras oferecidas pelos organismos financeiros internacionais.

Elaborada pelo Governo Federal, a primeira carteira de projetos passíveis de ser implementados na modalidade PPP totaliza R\$13 bilhões em investimentos na área de transporte, recursos hídricos e irrigação. Os recursos públicos a ser aplicados serão de 20% a 30% do valor total. As licitações deverão ocorrer ainda no primeiro semestre de 2004.

14. ENERGIA ELÉTRICA

Novo modelo para o setor elétrico

As novas regras anunciadas, ainda em 2003, têm o objetivo de garantir o abastecimento de energia do País, assegurar a adequação das tarifas para o consumidor e permitir a retomada de investimentos na expansão do sistema. O modelo setorial prevê o planejamento integrado dos componentes da matriz energética do País – petróleo, gás natural, hidroeletricidade e fontes alternativas –, por meio de medidas que visam a equacionar as deficiências encontradas no padrão anterior.

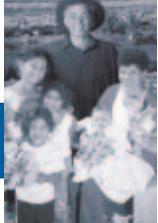
O novo modelo resultou de um processo de negociação, troca de informações e atenção às expectativas entre o governo e os agentes setoriais. Três estruturas estão sendo criadas para assegurar o cumprimento destes objetivos: a Empresa de Pesquisa Energética (EPE); a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) e o Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE). Essas entidades não representarão custos adicionais para o consumidor, pois os recursos estão garantidos por fontes existentes no setor elétrico.

Assim, os elementos fundamentais do novo modelo são: reestruturação do planejamento de médio e longo prazo; monitoramento, no curto prazo, das condições de atendimento e implantação de novos empreendimentos para geração e transmissão; redirecionamento da contratação de energia para longo prazo, compatível com a amortização dos investimentos realizados; e competição na geração, com licitação de energia pelo critério de menor tarifa. Além disso, admite-se a coexistência de dois ambientes de contratação de energia: um sujeito a normas (Ambiente de Contratação Regulada – ACR), protegendo o consumidor cativo; e outro livre (Ambiente de Contratação Livre – ACL), estimulando a iniciativa dos consumidores. Entre as características vitais do padrão moderno de mercado energético estão a instituição de um *pool* de contratação regulada de energia, a ser comprada pelos concessionários de distribuição; a desverticalização do serviço de distribuição para impedir custos adicionais aos consumidores; a previsão de uma reserva conjuntural para o restabelecimento das condições de equilíbrio entre oferta e demanda; e a restauração do papel do Executivo como Poder Concedente.

O MME estará, em 2004, empenhado na consolidação do novo marco regulatório. Para garantir o equilíbrio entre oferta e demanda de energia em todo o território nacional, dentro dos preceitos de qualidade do atendimento, adequação tarifária e atração de novos investidores, o MME centrará na expansão setorial. Conta para isto com a implementação da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), criada para subsidiar as ações e decisões de Governo. No escopo de atuação dessa empresa, serão intensificados os estudos sobre potenciais energéticos e de viabilidade técnica, econômica e socioambiental dos empreendimentos de geração de energia elétrica, com destaque para os aproveitamentos hidrelétricos.

Expansão da oferta de energia elétrica

Em 2003 foram agregados ao parque gerador brasileiro 4.291MW de potência instalada, dos quais, 2.094MW em usinas hidrelétricas. Destacam-se nesse conjunto as três primeiras



máquinas da segunda etapa de Tucuruí, que adicionam 1.125MW ao sistema e a Usina Hidrelétrica Itapebi, no rio Jequitinhonha (BA), com 450MW. No segmento de termelétricas foram instalados 1.358MW relativos ao Programa Prioritário de Termelétricas (PPT), sendo 845MW na região Nordeste. Registra-se ainda a instalação de 730MW de fontes alternativas de geração como pequenas centrais hidrelétricas.

Em 2003 a expansão da transmissão foi de 4.730 quilômetros de linhas: 3.683km em 500kV e 1.047km em 230kV. Como obras de importância, pode-se citar: a conclusão do reforço da interligação Sul/Sudeste com a linha de transmissão ligando Bateias a Ibiúna; a entrada em operação da primeira interligação Sudeste–Nordeste, unindo Serra da Mesa (GO) a Governador Mangabeira (BA), com 1.050km de extensão, em 500kV e, associado, 9.612MVA em novas subestações; a conclusão da expansão da interligação Norte–Nordeste, 924km entre Tucuruí (PA), Marabá (PA), Imperatriz (MA) e Presidente Dutra (MA).

Para 2004 está previsto um acréscimo total de 6.390MW em obras de geração, e de 3.568km em linhas de transmissão, com destaque para as linhas de transmissão Cachoeira Paulista/Adrianópolis e Ouro PretoMG/Vitória (ES).

Regulamentação para expansão da subtransmissão

Em 2003, o MME desenvolveu uma ação concreta para o equacionamento das responsabilidades e da remuneração dos agentes envolvidos, com a implantação dos reforços necessários à rede de subtransmissão, de forma a evitar estrangulamentos que pudessem causar problemas no atendimento aos consumidores.

Sistema de acompanhamento da expansão

Visa a eliminar eventuais restrições quanto ao cumprimento do cronograma das obras de geração e transmissão. Na busca de solução para impasses na obtenção de licenças ambientais dos empreendimentos, foram estabelecidas parcerias entre o Ministério de Minas e Energia e Meio Ambiente – Ibama e com órgãos estaduais de meio ambiente. Dentre os resultados alcançados, estão: a obtenção de licenças para as linhas de transmissão Ouro Preto (MG)–Vitória (ES), Fortaleza (CE)–Pici, Marabá (PA)–Açailândia (MA), para a interligação Sudeste–Nordeste (ligando Serra da Mesa a Governador Mangabeira) e para a usina hidrelétrica de Salto Pilão.

Para 2004, o MME deverá centrar esforços no equacionamento, sobretudo, de questões socioambientais que estão obstruindo o início da construção de 18 hidrelétricas já licitadas e a continuidade de outras 17.

Leilão de novas linhas de transmissão

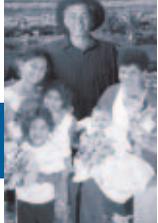
Para aumentar a segurança do sistema elétrico e reforçar a infra-estrutura de transmissão, foi realizada a licitação de 11 linhas na região Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste, totalizando 1.832km. São investimentos da ordem de R\$1,7 bilhão, que irão resultar em 3,6 mil empregos diretos e 8 mil indiretos, em 144 municípios. Pelas regras aplicadas, as empresas vencedoras foram as que apresentaram o menor preço na tarifa, o que resultou em um deságio médio de 36,5%. O leilão contou também com a participação das empresas estatais, que, no governo anterior, estavam impedidas de participar.

No âmbito da transmissão, estão previstos dois leilões, onde serão licitadas 18 linhas de transmissão, num total de 7.731km. Envolvem investimentos de R\$6,6 bilhões. Dentre esses empreendimentos destacam-se: a linha de transmissão (LT) entre Cuiabá e Itumbiara, em 500kV; as LT's Porto Primavera–Dourados e Porto Primavera–Imbirussu, em 230kV; o terceiro circuito da interligação Norte–Sul, em 500kV; a interligação Norte–Centro-Oeste, através da LT Jauru–Vilhena, em 230kV; a LT Colinas–Ribeiro Gonçalves–São João do Piauí–Sobradinho, em 500kV, que reforçará a interligação Sudeste–Nordeste; e a interligação Tucuruí–Macapá Manaus, em 500kV, que integrará esses sistemas isolados da Amazônia ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

Garantia de energia às áreas isoladas

Para o atendimento às áreas isoladas, foi lançado edital para contratação de projetos de geração de energia elétrica com fontes locais, alternativas aos derivados de petróleo, que afeta sobretudo a região Norte. Para garantir o abastecimento de Manaus (AM) em 2003, o Governo Federal viabilizou um reforço de energia, disponibilizando 56MW de geração adicional, que evitará restrições ao consumo de energia em Manaus até a implantação de soluções estruturais de médio e longo prazo.

Dentro da premissa de um planejamento energético integrado, destaca-se a conclusão dos estudos das linhas de transmissão que irão conectar os subsistemas de Manaus, Macapá e outras localidades a Tucuruí; o estado do Acre e Rondônia ao subsistema de Mato Grosso e, a partir



dele, ao do Sudeste/Centro-Oeste, integrando todos ao Sistema Integrado Nacional de energia elétrica, promovendo um tratamento mais homogêneo.

Equilíbrio financeiro das concessionárias

A primeira liquidação do Mercado Atacadista de Energia (MAE) foi conduzida com sucesso. Foram liquidados os valores referentes às transações de compra e venda de energia, realizadas entre setembro de 2000 e setembro de 2002. O total de inadimplência atingiu 88,4%, o que correspondeu a R\$1,074 bilhão. Essa operação resgatou a normalidade do mercado de energia e a estabilidade nas relações do setor, superando um período de incertezas.

Outra ação importante foi o saneamento financeiro das distribuidoras, viabilizado com o apoio do BNDES, que propiciou condições para o equilíbrio econômico-financeiro dessas empresas, garantindo o abastecimento de energia e a retomada dos investimentos.

Os empréstimos do BNDES para o setor elétrico também viabilizaram o início e a continuidade de obras de usinas hidrelétricas, totalizando 5.882MW.

Leilão de sobras de energia

O governo realizou leilão da energia resultante da economia no consumo, registrado no País depois do racionamento. Com esta ação, foram comercializados cerca de 1.000MW, reduzindo o déficit das geradoras e estimulando o aumento da produção industrial, com a oferta de melhores condições para a compra de estoques energéticos.

Adequação das tarifas de energia

Com o fim de evitar impactos significativos nas tarifas de energia em 2003, em decorrência das revisões periódicas contratuais de 17 concessionárias, o governo definiu regras mais justas. Foi possível evitar o repasse total, ao consumidor, dos aumentos da inflação. Houve um menor ajuste tarifário para o ano, ficando o restante diferido para os anos subsequentes. Os contratos repactuados incluem um fator que reparte os ganhos de produtividade das empresas com os consumidores, o que acarretará redução no valor dos reajustes nos anos seguintes, até a próxima revisão.

Também foi decidido o adiamento, por 12 meses, do repasse dos custos em dólar das distribuidoras de energia para as tarifas. Essa medida significou um reajuste inferior nas tarifas de até 6,42%. O reajuste decorrente será parcelado em 24 meses.

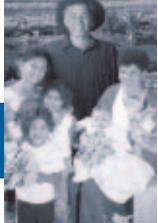
15. PETRÓLEO E GÁS

Com a orientação de gerar empregos e fortalecer a indústria nacional, preservando a competitividade, a Petrobras modificou, em fevereiro de 2003, os editais de contratação das plataformas P-51 e P-52, com um valor estimado de R\$3,5 bilhões. Os contratos terão um conteúdo nacional mínimo entre 60% e 75%. O contrato da P-52 foi assinado em 19 de dezembro. A exigência da participação da indústria nacional nas obras da Petrobras foi um dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral. Com esta medida, abrem-se pelo menos 5.000 novos empregos diretos e 14 mil indiretos.

Exploração e produção de petróleo, com conteúdo nacional mínimo

A mesma política foi seguida na 5ª rodada de licitação para a exploração e produção de petróleo em novas áreas. As novas concessionárias se comprometeram a adquirir, junto a fornecedores nacionais, um mínimo obrigatório de bens e serviços por exigência do edital de licitação, sendo critério para a apuração dos vencedores. Na licitação dos blocos localizados em áreas profundas, por exemplo, o mínimo obrigatório era de 30%. As ofertas vitoriosas das concessionárias variaram o conteúdo nacional de 30% a 100%. Com o sucesso das novas atividades exploratórias, milhares de empregos serão gerados.

Dando continuidade à meta de fortalecimento da indústria nacional de petróleo e à geração de emprego, pretende-se licitar e iniciar, até o segundo semestre de 2004, a obra de adaptação da plataforma P-34, para produção da fase 1 do projeto de desenvolvimento da produção de óleo e gás natural no campo petrolífero de Jubarte, parte norte da Bacia de Campos, no estado do Espírito Santo. Além disso, está prevista para 2004 a conclusão da construção da plataforma P-43, P-48 e P-50, devendo estas entrar em produção até o final de 2004; as plataformas de gás dos campos de Peroá e Congoá (ES) deverão entrar em operação no segundo semestre de 2004. Também deverá ser concluída a obra de adaptação da P-47, para melhoria da qualidade do petróleo escoado a partir do campo de Marlim (RJ).



A produção média nacional de óleo e liquefeito de gás natural (LGN) deverá crescer cerca de 5% em relação a 2003. Espera-se para junho a entrada em operação da unidade flutuante de produção, armazenamento e produção Marlim Sul, no campo de Marlim Sul, na Bacia de Campos, com capacidade de processamento de 100 mil barris de óleo por dia.

Infra-estrutura de gás natural no Nordeste e Sudeste

No âmbito do Projeto Malhas (expansão da rede de gasodutos no Sudeste e Nordeste), foram assinados os contratos de financiamento entre a Petrobras, o JBIC, banco japonês, e outros bancos comerciais. O valor estimado do projeto é de R\$3,3 bilhões, com um conteúdo nacional mínimo de 70% do valor total dos contratos, e previsão de geração de 10.000 novos empregos diretos, cerca de 30.000 indiretos.

Novas descobertas de gás natural e petróleo

O ano de 2003 revelou-se como um dos de maior sucesso exploratório nos 50 anos da Petrobras. As novas províncias de óleo e de gás identificadas são de excelente qualidade, permitindo mudar o atual perfil da companhia. Outro fato importante é que as descobertas ocorreram fora da Bacia de Campos (RJ), com o provável surgimento de novos e importantes pólos de produção. Avalia-se que estas descobertas, ainda em processo de avaliação exploratória, quando confirmadas, praticamente triplicarão o volume de gás natural descoberto no País.

Os investimentos com recursos próprios, em 2003, deverão ser superiores a R\$7,5 bilhões, refletindo um aumento de 21% sobre o mesmo período do ano anterior.

A produção nacional média de óleo e LGN atingiu 1.540 mil barris por dia (bpd), o que representa um crescimento de 2,7% em relação ao mesmo período do ano anterior (1.500 mil bpd), sem a implantação de nenhum projeto de grande porte. Em decorrência desse aumento de produção, a Petrobras registrou novo recorde de produção mensal de óleo e LGN no Brasil.

As reservas provadas domésticas da Petrobras em 2003 atingiram a marca de 12,6 bilhões de barris de óleo equivalente (boe), volume 14% superior ao registrado no final de 2002.

Política de Gás Natural no Brasil

No primeiro semestre de 2004 serão definidas as bases da política de gás natural, com vistas à ampliação da sua participação na matriz energética brasileira. Para isso serão definidas

diretrizes para a formação de preço do gás natural, considerando seus competidores de origem fóssil ou renovável; o aproveitamento das reservas nacionais de gás natural; a adequação do marco regulatório; e a expansão da infra-estrutura de transporte e distribuição de gás natural, também por meio de modais alternativos.

As principais obras de infra-estrutura de transporte de gás natural a ser iniciadas em 2004 são:

Expansão da malha de gasodutos do Nordeste e Sudeste – destaca-se, no Sudeste, o Gasoduto Campinas (SP)–Japeri (RJ), com mais de 450km, que permitirá aumentar o fluxo de gás do gasoduto Bolívia–Brasil ao estado do Rio de Janeiro e Minas Gerais. No Nordeste, destaca-se o Gasfor II, ligando Guamaré (RN) e Fortaleza (CE), com 370km, que dobrará a capacidade atual de fornecimento ao estado do Ceará.

Gasoduto Cacimbas–Vitória – primeiro trecho do Gasene (Gasoduto Sudeste-Nordeste), compreende aproximadamente 100km e permitirá o escoamento do gás a ser produzido nos campos ao norte de Vitória (notadamente Peroá–Cangoá), aumentando a oferta de gás no Espírito Santo.

Gasodutos da região Norte – os dois principais gasodutos ligarão o campo de Urucu à cidade de Porto Velho (RO) e Manaus (AM) e juntos perfazem 1.275km; demandarão cerca de R\$3,4 bilhões. O principal benefício será a substituição de derivados de petróleo na geração de energia elétrica.

Projeto TSB – as conclusões do grupo de trabalho para viabilização do Gasoduto Uruguaiana–Porto Alegre (TSB) apontam para a viabilidade e necessidade de construção do segundo trecho do gasoduto, ligando Uruguaiana à Grande Porto Alegre.

Rastreabilidade de preços e qualidade dos combustíveis

Esta é uma iniciativa decisiva para assegurar que o repasse da redução do preço efetuada na refinaria chegue aos consumidores. Com base no monitoramento de preços da cadeia de petróleo e gás natural e com a implementação e uso de simuladores de formação de preço, foi viabilizado o rastreamento, nas diferentes rotas, das possíveis anomalias existentes no mercado. Desde a implantação do programa, percebe-se maior uniformidade dos preços praticados, bem como redução significativa de adulteração. Outra ação determinante foi a divulgação regular da lista dos postos que vendem produtos adulterados.



Regulação da revenda e distribuição de GLP

Com o objetivo de melhorar a competitividade do setor de distribuição e revenda de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e, conseqüentemente, garantir menores preços ao consumidor, o MME, em parceria com a Agência Nacional de Petróleo e o Ministério da Fazenda, revisou a regulamentação das atividades de revenda e distribuição do produto. As novas portarias darão maior equilíbrio às relações entre os agentes da cadeia de GLP. Foi editada a primeira Portaria, nº 297/03, específica para a revenda, que até então era tratada como parte da distribuição geral.

Programa de Mobilização da Indústria Nacional de Petróleo e Gás (PROMINP)

O Prominp foi instituído pelo Presidente da República no dia 19 de dezembro. Com o programa, a produção de petróleo e gás natural, transporte marítimo e dutoviário, refino e distribuição de derivados tornam-se oportunidades de crescimento para a indústria nacional de bens e serviços. Pretende-se que haja uma verdadeira transformação no índice de nacionalização dos empreendimentos realizados no País, como aconteceu com os editais de licitação das plataformas P-51 e P-52.

Ao longo do desenvolvimento da carteira de projetos e da implantação de seus resultados, a indústria estará gradativamente se preparando para atender às demandas dos setores de petróleo e gás, as quais totalizam investimentos da ordem de US\$41 bilhões no período de 2003-2007.

Reativação da indústria da construção naval

Está prevista a abertura de licitação para construção de 22 navios, com entrega até 2010. Envolve investimentos de R\$3 bilhões, em cumprimento ao programa de governo que previa a reativação da indústria da construção naval brasileira, com conseqüente melhora na balança comercial, causada pela diminuição do afretamento de embarcações estrangeiras. Estima-se a geração de 14 mil novos empregos.

Refino de petróleo

As perspectivas para a área de refino, para o ano de 2004, envolvem a conclusão do ciclo de unidades de hidrotreatamento de diesel iniciado em 1998, com a entrega desse dispositivo em

diversas refinarias, que ratificam a meta de melhoria da qualidade do combustível, com reflexos no meio ambiente. Simultaneamente, prosseguem as obras de implantação das unidades de coqueamento retardado em diversas refinarias, permitindo a redução da produção de óleo combustível e o aumento da produção de derivados leves, possibilitando um perfil de refino mais adequado às necessidades do País.

16. RECURSOS MINERAIS

O governo retomou a função imprescindível do planejamento na área de geologia e mineração, implementando políticas públicas eficazes na gestão dos recursos minerais e na geração de novos conhecimentos geológicos básicos, que possam levar à descoberta de jazidas e a um melhor conhecimento do território nacional.

Essa ação foi acompanhada do estreitamento institucional entre a Secretaria de Minas e Metalurgia, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) e a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM). A intenção é fortalecer e harmonizar a atuação destes agentes públicos, de maneira a permitir que o Setor de Geologia e Recursos Minerais possa contribuir efetivamente com as propostas do Governo Federal, em especial com as questões de inclusão social, geração de emprego e renda, desenvolvimento regional sustentável, redução da dependência externa e agregação de valor ao produto mineral brasileiro.

Retomada dos levantamentos geológicos básicos

Esses levantamentos possibilitarão o crescimento da atividade extrativa mineral a partir de um novo ciclo de investimentos públicos e privados. Essa ação está sendo realizada em parceria com os estados e vem ao encontro da proposta do governo de diminuir a dependência externa e aumentar a produção mineral.

Solução de conflitos da atividade minerária

Os conflitos ocorrem, em geral, por causa da ilegalidade na posse dos direitos minerários. Essa situação tem sido combatida com ações direcionadas para a legalização e a formalização da extração mineral, que terá como consequência uma maior inclusão social. As ações têm sido focadas no estado do Pará, Rondônia, Mato Grosso e Minas Gerais.



17. INFRA-ESTRUTURA DE RECURSOS HÍDRICOS

Em 2003 foram aplicados recursos da ordem de R\$266,1 milhões, com vistas à finalização de obras e/ou etapas de projetos. Numa visão global dos investimentos em infra-estrutura hídrica e irrigação, foram construídos 145 km de distribuição de água, 15 km de drenagem urbana, 270 km de adutoras e 6,7 bilhões de m³ de água bruta que beneficiarão uma população de cerca de 4,1 milhões de habitantes.

Integração de Bacias do Semi-Árido e do Vale do São Francisco

O tema da transposição do Rio São Francisco, em 2003, evoluiu para uma visão ampla de integração de bacias hidrográficas, aliada à revitalização destas bacias para o desenvolvimento do Nordeste Setentrional, e em áreas onde a água é o fator limitante. Para tanto foram redesenhados novos eixos de transposição, abrangendo estados deficitários em recursos hídricos e que antes não estavam contemplados, como a Bahia, Minas Gerais e Piauí. Também foram agrupados como parte deste empreendimento estudos para implantação de um conjunto de barragens visando otimizar a regularização da vazão do médio São Francisco.

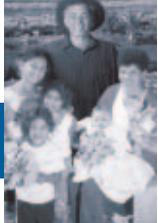
Proágua Infra-Estrutura

O Proágua Infra-Estrutura, responsável pela construção de açudes e barragens para aumento da oferta de água, centrou sua atuação sobre os espaços do território nacional com problemas de água, tanto em quantidade, como em qualidade, beneficiando especialmente as comunidades mais carentes e gerando também oportunidades produtivas.

Foram priorizadas as seguintes obras:

- Barragem Castanhão (CE): concluída; retomadas as obras do acesso rodoviário, beneficiando a cidade de Fortaleza e 12 municípios, uma população de 3,5 milhões de habitantes;
- Adutora do Agreste Alagoano (AL): conclusão dos serviços complementares do sistema de adução, beneficiando uma população de 402.000 habitantes, em 18 municípios dessa região;
- Adutora de Jucazinho (PE): concluídos o ramal Norte e Sul até Caruaru, com 270 km de extensão, beneficiando 90 mil pessoas. Situação atual: obras em fase de teste;

- Drenagem urbana em Vilhena (RO): execução de 8,5 km de rede de drenagem, beneficiando cerca de 59 mil habitantes de Vilhena;
- Projeto Teles Pires (MT): conclusão de 138 km de rede de distribuição de água no município de Sorriso (MT), beneficiando uma população de 42 mil habitantes;
- Barragem Poço do Marruá (PI): encontra-se em avanço físico de aproximadamente 30%; com os recursos no valor de R\$13,0 milhões, repassados em dezembro de 2003, estima-se que se poderá chegar a 45% das obras ainda em 2004, o que irá beneficiar uma população de 60 mil habitantes, gerando cerca de 290 empregos diretos;
- Barragem Arneiroz II (CE): construção com volume de acumulação de 197,06 m³, para abastecimento de um total de 40.181 habitantes da cidade de Arneiroz e Saboeiro e de algumas localidades marginais ao Rio Jaguaribe. Obra em andamento, com 73% de execução física;
- Recuperação do sifão Umburanas (CE): recuperação do trecho de 13 km do Canal do Trabalhador, para mais bem atender à região metropolitana e entorno de Fortaleza. Obra em andamento, com 95% de execução física, a ser iniciada a recuperação do Canal de Irerê e sifão Pirangi, perfazendo um total de execução física de 40%;
- Sistema de abastecimento Águas Vermelhas (MG): as obras consistem em sistemas independentes (Bloco 1, 2 e 3) de abastecimento de água, esgoto e coleta com tratamento de resíduos sólidos, visando a atendimento a 20.300 habitantes do município de Curral de Dentro, Águas Vermelhas e Divisa Alegre, além da localidade de Maristela e 14 comunidades rurais. Situação atual: Bloco 1 – obras concluídas, com inauguração prevista para fevereiro de 2004; Bloco 2 – concluído em novembro de 2002; Bloco 3 – obras em andamento, com 60% executados;
- Sistema adutor do Congo (PB): obra com captação no Açude Cordeiro e adução de água tratada para três sedes municipais e uma localidade. Tem 160 km de extensão, beneficiará quatro cidades e 55 mil pessoas. Obra em andamento, com 35% executados;
- Sistema adutor de Afogados da Ingazeira (PE): captação por meio de poços com tratamento simplificado e adutora com extensão de 75 km, atendendo a uma população



de 46 mil habitantes da cidade de Afogados da Ingazeira, Quixadá e Carnaíba. Obra em andamento, com 89% de execução física;

- Sistema adutor de Afrânio e Dormentes (PE): adutora com cerca de 160 km de extensão, a partir do reservatório R3 do projeto Maria Tereza da Codevasf, para atender a um total de 33.600 habitantes de Rajada, Afrânio e Dormentes, na região de Petrolina. Em andamento, 84% executados;
- Canalização do Córrego Botafogo (GO): conclusão do canal com extensão de 7,7 km no primeiro semestre de 2004. Beneficiará a população de Goiânia.

Aproveitamento dos recursos hídricos na irrigação

Os maiores esforços foram dirigidos para as áreas em que as condições climáticas não permitem garantir uma produção agrícola sustentável, caso típico do Nordeste brasileiro.

Em 2003 foram priorizados os seguintes projetos de irrigação e drenagem:

- Projeto Propertins (TO), Barragem Manoel Alves: conclusão prevista para o início de 2004. Possui um volume acumulado de 8,5 milhões de m³ de água, visando a atender a uma população de 20 mil habitantes;
- Implantação do perímetro de irrigação baixio de Irecê (BA);
- Implantação do perímetro de irrigação Luís Alves do Araguaia (GO);
- Implantação do perímetro de irrigação Platôs de Guadalupe (PI);
- Implantação do perímetro de irrigação Salitre (BA);
- Implantação do perímetro de irrigação Tabuleiro de Russas (CE);
- Implantação do projeto-piloto de irrigação no município de Santa Rosa (PI);
- Implantação do projeto-piloto de irrigação marrecas no município de São João do Piauí (PI).

Em 2004, terão prioridade as seguintes ações:

1) Integração de bacias do semi-árido e do Vale do São Francisco

As primeiras iniciativas concretas para integração de bacias do semi-árido e do Vale do São Francisco terão início em 2004. Para o eixo Norte e Leste, pretende-se: concluir a obtenção das licenças prévias, executar o cadastramento fundiário e a elaboração dos projetos básicos ambientais e, mais tarde, com a licença de instalação, realizar a aquisição de terras, realocação de famílias e licitação para compra de equipamentos.

No que tange à revitalização do Rio São Francisco, indica-se a escolha, por meio do conselho gestor e com a aprovação do comitê da Bacia do São Francisco, dos projetos prioritários para reflorestamento, saneamento, controle da erosão, recuperação de áreas degradadas e educação ambiental, para o período de 2004 a 2007; instalação da rede de monitoramento hidrológico do Alto São Francisco, de um sistema em tempo real do desmatamento na bacia, e implantação da rede de monitoramento da qualidade da água na Bacia do São Francisco, além da implementação de um projeto-piloto para recomposição da vegetação e proteção de área de nascentes em Minas Gerais.

2) Oferta de água tratada e não-tratada para abastecimento humano, animal, industrial e para as empresas de saneamento

Em 2004, o Governo Federal quer viabilizar a implantação de sistemas simplificados de abastecimento de água em escolas do meio rural, nos municípios que apresentem baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH): perfuração e instalação de poço, reservatório, dessalinizadores, sanitários e cozinha, por meio da ação implantação de sistemas sanitários e de abastecimento de água em escola pública, do programa Promeso.

No programa Proágua Infra-Estrutura destaca-se para 2004 a continuidade na execução de grandes sistemas de abastecimento e a conclusão das etapas de reassentamento das áreas de barragens.

3) Agricultura irrigada

Para 2004, pretende-se implantar 10.564 hectares e colocar em operação 20.526ha de área irrigada, além de buscar soluções, via Lei de Concessões e parceria público-privada, para projetos em andamento que dependam de grandes volumes de investimento no PPA 2004-2007.



4) Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semi-Árido (CONVIVER)

Atualmente, 12 obras estão em andamento e beneficiarão em torno de 2,45 milhões de habitantes; consumirão recursos da ordem de R\$170 milhões, propiciando o armazenamento e a distribuição de água às populações do semi-árido brasileiro carentes desse recurso. Estas obras em andamento terão prioridade para término em 2004, além da análise e possível contratação de outras 16 obras.

18. TRANSPORTES

O setor de transportes foi marcado, ao longo de décadas, por um excessivo domínio rodoviário, tanto de carga quanto de passageiros, por ausência de um planejamento integrado de desenvolvimento multimodal. Por esta razão, o foco tradicional em obras rodoviárias ou de infra-estrutura portuária foi redirecionado para logística, centrada na integração multimodal, na integração nacional, no desenvolvimento regional, na integração com os países do Mercosul e no projeto da saída para o Pacífico.

As estradas, no início de 2003, estavam em estado caótico, devido a um elenco de obras inacabadas associado à falta de recuperação, manutenção e conservação. O governo estabeleceu como prioridade absoluta a recuperação da malha. Dessa forma foi possível realizar a recuperação e a conclusão de algumas obras inacabadas de grande importância para o sistema viário nacional.

Outra diretriz foi o estabelecimento do diálogo com todos os setores envolvidos na produção e utilização das diversas modalidades de transporte, tanto no diagnóstico setorial quanto na priorização das ações emergenciais de 2003 e na elaboração do Plano Plurianual de 2004-2007.

O governo tomou também decisões visando a combater a corrupção e propiciar maior transparência aos atos administrativos. Neste sentido, determinou novos procedimentos licitatórios, de fiscalização e de atesto de obras, em parceria com entidades da sociedade civil (CRAs) e governamentais (Comando do Exército, universidades, Caixa Econômica Federal), além de acatar as recomendações dos órgãos de controle externo e interno.

Obras de Infra-Estrutura

No programa de manutenção da malha rodoviária federal foram restaurados 2.128 km até outubro. Algumas das rodovias beneficiadas foram a BR-101, 116, 153, 163, 158, 364, 230, 262, 135, 381 e 267. Foram sinalizados 12.781 km, em 20 estados, superando em 18% a meta prevista.

Pelo programa de manutenção de rodovias em regime de gestão terceirizada, foram restaurados 206,5 km e conservados 2.936 km. Foram ainda executados os serviços de manutenção preventiva, rotineira e emergencial de 32.562,3 km até outubro.

No Corredor Nordeste, foi feita a adequação de 8,3 km da BR-232, entre Recife e Caruaru. No Corredor Oeste-Norte, foram completados 37,2 km da BR-364 no trecho Campo Novo dos Parecis-Comodoro-entroncamento com a BR-174, objetivando a redução de custos de transporte de grãos. Ainda neste corredor foram executados mais 20,1 km, no trecho Casa de Tábua a Santana do Araguaia (BR-158/PA). No Corredor Fronteira Norte foram construídos 17 km da BR-156/AP, o único corredor de acesso terrestre aos municípios do estado do Amapá.

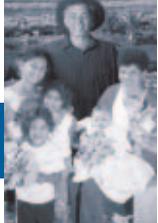
No Corredor Leste (BR-381) e Transmetropolitano (BR-116) foram concluídas obras de arte especiais. Importante destacar a conclusão da ponte de Porto Alencastro, sobre o rio Paranaíba, na BR-497, na divisa entre o estado de Minas Gerais e Mato Grosso do Sul. Com extensão de 672,7 metros, ela facilita o escoamento da produção regional, permitindo a ligação dos dois estados. A obra, iniciada em 1994, foi paralisada oito vezes, antes da sua entrega no ano passado.

No Corredor Araguaia-Tocantins foi concluída a Plataforma Intermodal de Aguiarnópolis, no estado do Tocantins, interligando 217km da Ferrovia Norte-Sul com a Estrada de Ferro Carajás e o Porto de Itaquí/MA, a 730km. Este pátio intermodal permite o acesso à BR-226, Rodovia Belém-Brasília.

Na recuperação e melhoria da infra-estrutura portuária foram beneficiados o porto de Sepetiba, Areia Branca, Aratu, Ilhéus, Santos, Espírito Santo e Maceió.

Em 2004, considerando as prioridades do governo, destacam-se a recuperação das principais rodovias responsáveis pelo escoamento da safra agrícola do País; os trechos da Ferrovia Norte-Sul e Transnordestina, como importantes projetos para a revitalização do sistema ferroviário; o terminal salineiro de Areia Branca, manutenção de hidrovias e a construção da Eclusa de Lageado em Tocantins como ações que visam à promoção da Navegabilidade de Hidrovias Interiores. Ainda no que se refere às rodovias, ressalta-se a ampliação da capacidade da BR-381/MG/SP e BR-116/SP/PR/SC, construção da BR-116/BA e a construção da ponte sobre o rio Acre, na fronteira com o Peru.

Compõem a agenda do Ministério dos Transportes para o ano de 2004 importantes iniciativas para a modernização do setor: o aperfeiçoamento do processo de concessão de rodovias; resgate



do trem de passageiros no transporte ferroviário; estudos para seleção de projetos com viabilidade de Parceria Público Privada–PPP; participação no Planejamento Energético Integrado (Biodiesel); alterações na legislação do Fundo da Marinha Mercante–FMM e do Adicional de Frete da Marinha Mercante–AFRMM, visando ao aprimoramento da navegação de cabotagem; aprimoramento do Marco Regulatório da Navegação Marítima, Fluvial, e nos Portos e Terminais Portuários, Transporte Rodoviário e Ferroviário de Passageiros, de Cargas e Registro Nacional de Transportadores de Cargas; implantação dos Sistemas de Segurança nos Portos (ISPS-CODE).

Ferrovia Transnordestina

Este projeto sob a responsabilidade do Ministério da Integração Nacional tem como objetivo possibilitar a articulação dos sistemas multimodais de transporte na região Nordeste com o restante do País, proporcionando redução de custos na cadeia produtiva inter-regional e o aumento de competitividade de pólos industriais e agroindustriais. O primeiro passo para a implementação do projeto foi dado com a criação do Grupo de Trabalho Interministerial (Decreto de 11 de junho de 2003), que já concluiu a proposta preliminar para a viabilização da Transnordestina.

Reforma e ampliação de aeroportos e aeródromos

Em 2003, a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (INFRAERO) aplicou mais de R\$450 milhões nos 65 aeroportos que estão sob a sua responsabilidade. Entre as obras, destacam-se:

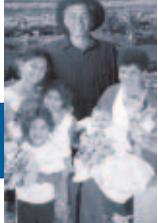
- Construção do novo terminal de passageiros do aeroporto de Maceió (AL);
- Construção do novo terminal de passageiros e do edifício garagem do aeroporto de Recife (PE);
- Construção do terminal de passageiros do aeroporto de Campinas (SP).
- Construção do novo terminal de passageiros do aeroporto de Porto Velho (RO);
- Construção do terminal de passageiros, torre de controle e administração do aeroporto de Joinville (SC);

- Reforma do terminal de passageiros e construção da torre de controle do aeroporto de Navegantes (SC).

A aviação civil deverá ter um novo marco regulatório buscando: impulsionar o setor e a exportação de serviços; incentivar formas de financiamento à aquisição de aeronaves; viabilizar ligações aéreas de interesse estratégico para o País; intensificar a utilização da aviação em proveito da agricultura; desenvolver a infra-estrutura aeroportuária; e ampliar o programa de formação de recursos humanos.

Em 2004, a Infraero pretende aplicar cerca de R\$682 milhões na construção, ampliação e reforma da infra-estrutura de sua rede de aeroportos, com destaque para as seguintes obras:

- Ampliação e modernização do terminal de passageiros e construção da 2ª pista do Aeroporto Internacional de Brasília;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Goiânia;
- Adequação do terminal de passageiros do Aeroporto de Belo Horizonte/Pampulha;
- Ampliação do terminal de passageiros do Aeroporto Santos Dumont;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto de Vitória;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Maceió;
- Ampliação e modernização no terminal de passageiros do Aeroporto Internacional do Recife;
- Construção do novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Macapá;
- Desapropriação de imóveis para a ampliação do Aeroporto Internacional de Campinas/Viracopos;
- Adequação do terminal de passageiro, do Aeroporto de São Paulo/Congonhas;



- Desapropriação de área para a 3ª pista e construção do terminal de passageiros nº 3 do Aeroporto Internacional de Guarulhos; e
- Projeto para implantação de novo terminal de passageiros do Aeroporto Internacional de Florianópolis.

19. TELECOMUNICAÇÕES

Novo serviço público de telecomunicações

Os serviços de telecomunicações de banda larga vêm assumindo caráter essencial na sociedade. Hoje é imprescindível para o desenvolvimento da sociedade da informação a comunicação multimídia, em que é crucial o acesso a informações eletrônicas, como dados, sons e imagens. Neste contexto social, a expansão dos serviços de banda larga é imperativo para a universalização e inclusão digital.

Para esse desafio, está sendo instituído um serviço público de telecomunicações, denominado Serviço de Comunicações Digitais (SCD). O SCD permitirá o atendimento às demandas sociais de telecomunicações previstas na lei que instituiu o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), dentre elas a operação do novo serviço em cerca de 180.000 escolas públicas. Além disto, implicará a criação de novas empresas prestadoras de serviço e deverá promover melhor aproveitamento da infra-estrutura existente, bem como sua expansão. Propiciará ainda a utilização de *software* livre e o incentivo à pesquisa, ao desenvolvimento e à indústria nacional, devendo atrair novos investimentos para o Brasil.

Proteção aos usuários dos serviços de telecomunicações

Com o Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, que trata da política de telecomunicações, o Governo Federal passou a dispor de um instrumento eficaz para organizar a exploração dos serviços de telecomunicações e fomentar a indústria e o desenvolvimento tecnológico. Foram contemplados importantes pontos do programa de governo:

- Inclusão social, pela universalização da oferta de telecomunicações e inclusão digital;
- Políticas tecnológicas e industriais que, além de gerar empregos, estão orientadas às necessidades da sociedade brasileira;

- Inclusão digital, a partir de terminais de uso coletivo, que permitirão acessar a Internet;
- Implantação das unidades de atendimento de cooperativas para levar serviços de telefonia e Internet para as comunidades rurais;
- Defesa do consumidor, com a instalação gradativa de postos de atendimento pessoal, para serviços e reclamações, distribuídos no território nacional;
- Atendimento a portadores de necessidades especiais, por meio de telefones de uso público adaptados para esses usuários.

TV Digital

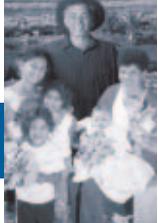
Até o final de 2002, a implantação da TV Digital no Brasil vinha sendo abordada como uma simples inovação tecnológica, cabendo ao governo apenas escolher um entre os três padrões internacionais então existentes.

No governo Lula, introduziu-se uma visão nova a respeito da implantação da Televisão Digital no País. Após ampla consulta, foi definida uma nova política de governo e editado o Decreto nº 4.901, de 26 de novembro de 2003, instituindo o Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD). O dispositivo define a organização institucional do SBTVD e estabelece uma sistemática para desenvolvimento do padrão brasileiro para o setor, além de incorporar outros aspectos estratégicos. Vale dizer: a inclusão dos cidadãos na sociedade da informação; a redução da dependência tecnológica do País; o incentivo à pesquisa e ao emprego de alto conteúdo intelectual nas universidades e centros de pesquisa; e a renovação do parque de televisores e respectivos componentes.

No início de 2004 serão instalados os órgãos de coordenação do Sistema Brasileiro de TV Digital (SBTVD): comitê de desenvolvimento, comitê consultivo e grupo gestor. Igualmente no começo de 2004 serão contratadas cerca de 30 instituições de pesquisa para o desenvolvimento do modelo de referência da tecnologia nacional do SBTVD, utilizando recursos do Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações (FUNTTTEL), no montante de R\$65 milhões.

Plano Geral de Metas de Universalização

O Plano Geral de Metas de Universalização (PGMU) é uma obrigação pertinente aos contratos de concessão para exploração da telefonia fixa comutada pelas concessionárias de telecomunicações em regime público. Esses contratos estão sendo renovados para o período



2006-2025. O objetivo do PGMU é garantir à população de baixa renda acesso aos serviços básicos de telecomunicação a preços justos, corrigindo distorções decorrentes de modelos regidos pelo princípio de rentabilidade.

As metas do PGMU para o período 2006-2025 abrangem os seguintes compromissos: (i) manter uma densidade de seis telefones públicos por habitante em todas as localidades em que a telefonia fixa é oferecida; (ii) instalar facilidades de apoio a portadores de necessidades especiais; (iii) instalar progressivamente postos de serviços públicos com acesso à Internet a partir de 2006, na proporção de um posto para cada grupo de 50 mil habitantes; (iv) prover telefones individuais para a população carente, com tarifa diferenciada e qualidade.

Inclusão digital via Fust

O Fundo para a Universalização dos Serviços de Telecomunicações (FUST), após três anos de sua criação sem nunca ter sido utilizado, obteve o sinal verde, em 2003, para a sua implementação, com o acórdão do Tribunal de Contas de União (TCU). Com isto foi dada a partida para a criação de um novo serviço público de telecomunicações (Serviço de Comunicações Digitais – SCD), com a finalidade de levar a Internet banda larga às instituições públicas. Dessa maneira, a inclusão digital, prioridade do governo, vai contar com o programa universalização dos serviços de telecomunicações. Para a aplicação desses recursos, o Governo Federal estabeleceu sete segmentos: educação, saúde, telecomunicações, atendimento a deficientes, segurança pública, regiões remotas e de fronteiras e bibliotecas públicas. Nesses segmentos, os recursos do Fundo devem promover a universalização, não só da telefonia fixa comutada, mas também do acesso à Internet em alta velocidade, podendo incluir o fornecimento do equipamento terminal, além do pagamento das contas.

No 4º trimestre de 2004 será iniciado o processo de disponibilização de conexão em banda larga a cerca de 180 mil escolas da rede pública; quase 63 mil pontos em hospitais universitários e estabelecimentos públicos de saúde; e aproximadamente 5 mil bibliotecas públicas.

Inclusão digital via governo eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão

O projeto Governo Eletrônico – Serviço de Atendimento ao Cidadão (Gesac) instala telecentros comunitários e propicia a montagem de acessos eletrônicos coletivos. Em parceria com o

Ministério da Educação, o Gesac está disponibilizando conexão Internet banda larga ao parque de informática já instalado nas escolas de ensino médio e fundamental, ampliando o atendimento às regiões carentes e racionalizando os investimentos governamentais. O mesmo projeto contempla ainda pontos distantes de fronteira, em parceria com o Ministério da Defesa e municípios abrangidos pelo Fome Zero.

As plataformas de satélite são o meio de acesso do Gesac. Reformulado, o Governo Eletrônico visa a constituir postos de serviços públicos – na prática, telecentros comunitários. O projeto criará espaços de uso compartilhado das tecnologias da informação e comunicação, dedicados ao desenvolvimento pessoal e comunitário, para promover o acesso à Internet em lugares nos quais a malha física telefônica ainda não chegou.

Rádios comunitárias

Sendo uma das mais simples formas de comunicação social, o segmento das rádios comunitárias constitui-se numa poderosa arma em defesa da cidadania, sobretudo pela sua simplicidade e capacidade de interagir com a realidade comunitária local. Visando a organizar e democratizar o setor, o governo instituiu uma força-tarefa e analisou os cerca de 4.500 requerimentos, anteriormente protocolados, para exploração do serviço de radiodifusão comunitária. No período de 90 dias todos esses processos foram examinados. No exercício de 2003, foram assinadas 340 portarias de autorização de rádios comunitárias, 686 licenças provisórias e definitivas e 905 termos de operação e liberação. O Ministério das Comunicações colocou em consulta pública a minuta de norma complementar ao Serviço de Radiodifusão Comunitária, que simplifica procedimentos e implanta um sistema de informática, permitindo o cadastramento via Internet e o acompanhamento do processo pelos interessados no serviço, num procedimento semelhante ao do Imposto de Renda.

Está prevista a concessão de 1.500 outorgas, sendo 1.150 de rádios comunitárias, 50 de rádios e emissoras de televisão educativas e 300 de rádios e TVs comerciais. A meta é contemplar 3.336 municípios com pelo menos um serviço local de radiodifusão. Além disso, prevê-se a elaboração de projeto de lei de comunicação de massa que reflita a nova realidade brasileira, a partir da convergência tecnológica dos meios, contemplando TV digital, rádio digital, novos serviços interativos de telecomunicações em banda larga, radiodifusão comunitária, Internet e regionalização da programação.



Inclusão bancária

O Banco Postal é outro projeto de grande impacto popular. Busca contemplar os segmentos da população socialmente excluídos do sistema financeiro nacional. Por meio desse projeto, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos atua como correspondente dos serviços bancários básicos (aberturas de contas correntes e de poupança, saques, depósitos, recebimento de contas de consumo, recebimentos de títulos, captação de solicitação de empréstimo, entre outros), mediante utilização da sua rede de atendimento postal. Até dezembro de 2003, o Banco Postal foi instalado em cerca de 4 mil agências dos Correios, alcançando-se a marca de 1,2 milhão de contas abertas e 8,5 milhões de transações bancárias realizadas mensalmente. O Banco Postal incorpora o programa do microcrédito com o propósito de disponibilizar recursos para a população mais carente.

Em 2004, o Banco Postal será instalado em mais 1.553 agências, o que permitirá a abertura de 1,5 milhão de novas contas.